

H
S

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MAIORCA

ATA Nº21

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e quatro pelas vinte e uma horas e trinta e nove minutos, ao abrigo do ponto 1, do art.º 23 do Regimento da Assembleia de Freguesia de Maiorca, reuniu no salão nobre da Junta de Freguesia, em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de Maiorca. -----

Presentes os seguintes Deputados: Partido Socialista (PS), António Simões de Jesus, Dina Paula Dias Cação Nascimento, José António de Oliveira Santos, Paula Cristina de Almeida Costa e Filipe Manuel Fadigas Rodrigues; Formação Figueira a Primeira (FAP), César Manuel Nogueira Madaleno Galocha e Sónia Carina Santos Oliveira; Partido Social Democrata (PSD) Guida Maria Silva Freitas. -----

Após verificação de quórum, o Sr. Presidente, António Simões de Jesus, deu início à sessão. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Boa noite a todos. Obrigado pela Vossa presença. Agradecer aos membros desta Assembleia e também ao público que se encontra hoje aqui presente. Começaria esta sessão ordinária da Assembleia, dando posse ao novo membro que vai hoje entrar para esta Assembleia, que é o Sr. José António Borges Ligeiro, o qual chamava para tomar posse, para se dar seguimento aos trabalhos. -----

A- Período antes da ordem do dia. -----

1. Tomada de posse de José António Borges Ligeiro, como membro da Assembleia de Freguesia de Maiorca. -----

-A documentação referente a este ponto, está tratada, disponível e arquivada nos Serviços Administrativos da Junta de Freguesia de Maiorca -----

- **Sr. Presidente da AF:** Composta que está na sua plenitude a Assembleia de Freguesia, vamos então, dar início aos trabalhos. -----

O primeiro assunto que tenho e antes de passarmos ao ponto seguinte do período antes da ordem do dia; numa das últimas Assembleias, o senhor César, falou e sugeriu que fossem feitas gravações das Assembleias. Hoje, existe aqui o equipamento. Está montado, pronto a funcionar na sala, mas não posso dar início à gravação sem primeiro perguntar aos Membros desta Assembleia se têm alguma coisa a opor, se estão de acordo, ou se não concordam. Estão todos de acordo que se proceda à gravação? (Ninguém se pronunciou contra). Sr. Presidente (da Junta) pode ligar o equipamento. Uma das situações era que, sempre que queiram usar da palavra, aproximassem mais o microfone, para se possa ouvir a gravação. - Assim sendo, vamos ao ponto 2. -----

2. Aprovação da Ata anterior. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Essa Ata já foi enviada para todos os Membros, penso que todos já a têm no seu poder. Já devem ter lido a mesma. Gostava de saber se alguém tem alguma coisa a opor, à data? (tempo) Está toda a gente de acordo? -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Não tenho nada a opor, apenas gostaria de expressar um voto de reconhecimento pelo trabalho do Sr. Primeiro Secretário, relativamente às Atas que tem vindo a elaborar, designadamente esta última Ata, que não sendo ou não tendo sido gravada, tem aqui quase toda a transcrição daquilo que foi a última Assembleia. Portanto não poderia deixar de reconhecer o trabalho que foi feito. A minha questão posterior, é relativamente às Atas. Elas sendo gravadas, vão ser transcritas "Hípsis verbis"? É isto que se pretende da nossa Assembleia de Freguesia? Fica a questão. -----



- **Sr. Presidente da AF:** Subscrevo as suas palavras. De facto, não é fácil fazer uma Ata com dezasseis páginas. De facto, temos que elogiar o trabalho que o José António Santos realizou, porque de facto, realmente não é fácil fazer uma Ata com dezasseis páginas. -----

Então, vou colocar à votação a Ata número vinte, que se realizou aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro. Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção do Sr. José António Borges Ligeiro, por não estar presente nessa Assembleia, não é isso? -----

(Ata 20, aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Deputado FAP José António Borges Ligeiro, por à data, não fazer parte da Assembleia de Freguesia). -----

3. Leitura do expediente. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Fui convidado para o aniversário da Delegação da Cruz Vermelha de Maiorca, no dia vinte seis de outubro. Estive presente. Também um convite para o aniversário do CRAS (Clube Desportivo Atlético Santamarense) no dia vinte sete de outubro. Também estive presente. O convite para o Encontro de Bandas da União Filarmónica Maiorquense, que se realizou no dia vinte de outubro, no qual também estive presente. Também o convite para o aniversário do Clube Desportivo do Arneiro de Fora, que se realizou no dia quinze do doze de dois mil e vinte e quatro. Foi o quadragésimo sétimo aniversário. Também estive presente. -----

Para além disso, tenho aqui uma informação para dar aos Membros desta Assembleia, que é o facto que um Membro desta Assembleia, fez uma participação ao Ministério Público e ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. A Junta de Freguesia já foi ouvida, o Sr. Presidente. Eu também já fui ouvido. Já fizemos a nossa defesa e, portanto, neste momento, as Assembleias do dia dezanove de agosto, do dia três de setembro e do dia dez de setembro, têm, neste momento, um processo a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, pela participação que o Sr. César Manuel Nogueira Madaleno Galocha fez ao Ministério Público, alegando que as Assembleias Extraordinárias, não tiveram participação, ou seja, não tiveram intervenção do público, que Ele pretendia e que não foram permitidas. O processo está a decorrer, portanto isto já seguiu esta informação ao Minist... a resposta que nós demos, já seguiu no dia vinte e dois do dez de dois mil e vinte e quatro. Foi o dia que deu seguimento a resposta. Não vou ler, é um bocadito longo, são duas páginas, portanto vamos aguardar, o que é que daí irá surgir.

4. Assuntos gerais de interesse da Freguesia. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Ainda sobre as Atas.... -----

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. César, as Atas foram aprovadas. Já dei a informação. Aqui no ponto 4, Assuntos Gerais de Interesse da Freguesia. Já lhe vou dar a palavra, o Sr. pode intervir e dizer o que achar importante nesta Assembleia. -----

Eram estas as informações para agora que eu tinha para vos dar. Vamos passar ao ponto 4, Assuntos Gerais de Interesse, e agora os membros desta Assembleia que quiserem intervir têm a palavra. Sr. César pretende, e o Sr. José António Borges Ligeiro também pretende intervir. Há duas inscrições, depois mais alguém que quiser. Sr. César, tem a palavra, faz o favor. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** O que eu só queria saber era se, já agora uma boa noite a todos. As atas que estão sobre a alçada jurídica para a análise dum pormenor decorre então... apesar de aprovadas, continuam, continuam válidas, né? para qualquer efeito. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Para todos os efeitos, não há alteração nenhuma. Estão em vigor. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** O que eu pretendia saber, não é isso que vai impedir... -----

- **Sr. Presidente da AF:** Nada. Neste momento, nada. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Não é isso que vai impedir que os organismos tomem decisões sobre qualquer matéria porque, de facto, as Atas estão aprovadas pela Assembleia de Freguesia. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Exatamente, já foram aprovadas pela Assembleia de Freguesia, sem votos contra. Aliás, são três Atas, duas têm deliberações, uma não tem deliberação qualquer. Que é a segunda Ata. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** No caso das deliberações, nada impede que as deliberações façam o seu caminho natural, não é? -----

- **Sr. Presidente da AF:** Se o Tribunal decidir anular as Atas, até lá, ficará a prevalecer a Ata de 2023, que foi autorizada à Junta a venda do prédio. Vamos aguardar. Sr. José António, faz favor. -----

14
17

- Sr. Deputado FAP, José Ligeiro: Sr. Presidente da Assembleia, todos os restantes Elementos da Mesa e dos grupos, que desta Assembleia fazem parte, Público em Geral. Nesta Assembleia gostaria de dentro do espírito natalício, porque o que vou dizer pretende ser apenas alguns apontamentos para reflexão, e nada mais. E prende-se com a Casa da Praça, que, como julgo saber, foi comprada exatamente no meu segundo mandato. Com muita dificuldade, é certo, mas conseguimos adquiri-la. E adquiri-la não porque fosse mais um benefício para engrandecer o património desta autarquia, mas porque, aquela casa não é uma casa qualquer. É uma casa com história. É uma casa que está intrinsecamente ligada a todo o conjunto das várias atividades que têm decorrido ao longo dos anos nesta nossa terra, que é Maiorca. Também bastante ligada ao movimento associativo. A chamada Casa da Praça, foi padaria, foi casa de povo, foi posto dos correios, com funcionário a tempo inteiro, foi posto médico e de enfermagem. No logradouro, realizavam-se, anualmente, os pavilhões da União Filarmónica Maiorquense, sempre no mês de agosto. Ali, muita da nossa mocidade de então, usufruiu daquele espaço. Também ali, treinou a equipa de futebol de Maiorca. E era naquela casa, na única casa de banho que existia junto ao terraço, os mesmos jogadores tomavam banho. A título de curiosidade, gostaria de dizer, que a equipa de futebol de Maiorca também já jogou no Estado Nacional. Com a equipa H. Vocetie. É verdade que perderam por onze zero. É verdade que, em vez de levarem as chuteiras com pitons, levaram muitas destas e caíram na relva e tiveram a infelicidade de perder. Mas é apenas uma curiosidade. Foi naquela casa, também, que o nosso saudoso, Manuel Pinto da Costa, fez vários presépios. Presépios esses que ganharam prémios a nível distrital. Presépios esses que trouxeram a Maiorca, que fizeram deslocar a Maiorca muitas pessoas para os visitar. Também Maiorca é terra de estucadores, como todos sabemos e muito nos orgulhamos. E também naquela casa, existem vários trabalhos nos tetos. O grande pormenor artístico, executados pelos nossos estucadores. Nas paredes, existem, nalgumas das paredes, existe “Escaiola” uma técnica ligada ao estuque, que já poderemos dizer, pelo menos aqui na nossa terra, que está praticamente extinta. Após a aquisição pela Junta, funcionou o ATL. Naquela mesma casa, funcionaram, que passou a ser um centro de formação, funcionaram vários cursos, que ocuparam todas as salas, quer as do primeiro andar, quer as do segundo. A Figueira Pão, que então tinha apenas uma funcionária, e em vias de perder o emprego, ou pelo menos, na melhor de hipóteses, ser transferida para a Figueira, iria encerrar, com esses pontos, a Figueira Pão reforçou, colocou duas funcionárias naquele espaço. Para mim, do meu ponto de vista, isto é história, é história recente da nossa terra, mas é história. E foi por tudo isto, que a Junta Freguesia de então, que tive a honra de presidir, adquiriu essa casa. Adquiriu-a, precisamente, para que ela fosse uma casa de cultura, uma casa que pudesse ser a memória para muitos, daquilo que ela foi em anos anteriores. Também, depois de ser adquirida, ali se realizaram várias missas campais. Espetáculos, com todas e todos, sublinho, todas as associações e coletividades da nossa Freguesia. É verdade que, quando me lembro daquela casa, e das dificuldades que tivemos para a pagar, porque tanto eu, como os outros dois elementos que faziam parte do Executivo, tivemos que assinar na Caixa Agrícola, o empréstimo, e, caso a Junta não pudesse pagar, seríamos nós que teríamos de pagar. É verdade, que também aqui, lembro esse grande homem da nossa terra, que foi o Sr. Luís Lopes Rodrigues, mais conhecido por Luís das vespas, que Deus haja, que conhecendo bem o gerente da Caixa Agrícola, nos abriu essas portas. É também com emoção que, hoje, lembro o grande abraço do amigo Maia Cardoso, que, ao ter conhecimento da aquisição pela Junta de Freguesia daquela casa, com tanta história, me abraçou e me disse que o que for preciso, porque eu sabia que estávamos com dificuldades para conseguir pagar, que estava pronto a fazer alguns esforços, possivelmente espetáculos, penso eu, para que a receita revertesse a favor da Junta de Freguesia. Também, recordo aqui, o pai do nosso Tesoureiro. Foi ele que nos fez o contato com a Senhora, com a proprietária. Recordo aqui muita, muita gente. Recordo aqui o Sr. Fernandes da Silva, da Casa da Bahia e a sua prima Helena, que sabendo das dificuldades que estávamos a ter, me telefonou prá minha oficina e me disse que ia ajudar. E ajudou. Ofereceu à Junta de Freguesia aquela casa que foi vendida, onde agora existe um parque de estacionamento. Suponho que foi vendido esse espaço à Câmara Municipal. Ele era detentor de dois terços daquela casa e a prima, D^a Helena, era a proprietária de um terço. E foi ele que, ele próprio, pediu à prima para que ela também cedesse a sua parte à Junta de Freguesia e, assim, a Junta de Freguesia ficou com a totalidade. Quando essa oferta foi feita a Junta, foi precisamente para que nós a vendêssemos, nós, o Executivo, nós o Executivo, a que eu



presidia, e, com a venda dessa casa, pudéssemos pagar a Casa da Praça. Com muitas dificuldades, com muitos sacrifícios, mas o Executivo aos poucos e poucos, conseguiu pagar à Caixa Agrícola e conseguiu não vender aquela casa, para que ela continuasse a ser património da Junta de Freguesia. Era entendimento meu e daqueles que me acompanhavam no Executivo que deveríamos pautar a nossa ação por deixar a Junta de Freguesia com mais património com mais riqueza do que aquela que encontramos. Os tempos hoje são outros e aquilo que disse no início é assim que vou terminar. Aquilo que disse aqui não, por favor, que ninguém entenda como qualquer crítica, é apenas crítica no sentido de destrutivo, são apenas alguns elementos que, pretendo que assim o entenderem, sejam elementos de reflexão e nada mais. Cada um fará a sua e fará o entendimento que bem entender. Pela a minha parte, muito obrigado pela atenção dispensada. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Muito obrigado também. Mais algum elemento da Assembleia pretende usar da palavra? -----

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas:** Eu gostaria. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tem a palavra a Guida. -----

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas:** Boa noite a todos. Pretendia reforçar um pedido, que já algum tempo fiz, em questões de ATL e refeitório da nossa escola. Tem lá um canteiro que aquilo é terra, é um canteiro que não tem justificação para estar ali. É perigoso e agora em pleno inverno tem muita falta de iluminação. Nós quando vamos, vamos sozinhos, mas quando voltamos trazemos uma criança. É sempre complicado, é um espaço que deveria ser revisto, talvez com a ajuda da Câmara, talvez pensarem nisso novamente. A questão da escola, estão a fazer ali, na parte de cima da escola, estão lá sempre em movimentação máquinas, tem sempre lá um depósito de material. Quando chove, voltou outra vez a haver enxurradas como disse, novamente chuvas, era tentar repensar nisso novamente. A questão de um bocadinho de alcatrão que vocês andaram a tentar distribuir por aí por alguns sítios se pudessem também arranjar um bocadinho para pôr na Nacional, eu sei que não é obrigação da Junta, mas cada vez está pior, quando acaba o cemitério e começa o alcatrão a falta dele era também de rever. Lamentavelmente este ano e friso isto com algum pesar tivemos a perda de uma pessoa muito importante na nossa Freguesia e eu gostaria de saber da hipótese de haver uma rua onde pudesse ser nomeado o nome dele. Estou a falar do Rodrigues, do Zé Manel se houvesse essa possibilidade de na toponímia, colocar o nome dele numa das ruas talvez nos Casais, talvez mesmo aqui na zona de Maiorca, acho que seria também de pensar nesse assunto. É só. Obrigada. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Obrigado, Guida. Se mais nenhum elemento da Assembleia pretende usar da palavra vamos passar ao período da ordem do dia. -----

B- Período da ordem do dia. -----

5. Voto de pesar pelo falecimento de José Manuel Rodrigues Oliveira. -----

6. Voto de pesar pelo falecimento de José Maria Verdete. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Temos aqui vários pontos para tratar e votar. Vamos começar pelo ponto 5 e o ponto 6 são iguais, apesar de estarem separados podem ser votados separados e eu, antes de colocar a votação estes pontos, eu pretendia passar a palavra aos membros desta Assembleia pelo seguinte. Os votos de pesar, isto é o meu entendimento que estão aqui, são votos de pesar aprovados em reunião de Executivo da Junta de Freguesia. Estes votos de pesar não necessitam de vir à Assembleia de Freguesia para serem aprovados, foram aprovados pelo Executivo, tem plenos poderes, portanto, foram aprovados, estão aprovados. Nós não precisamos de aprovar estes votos. Agora, o que está aqui em causa é o seguinte. A Assembleia de Freguesia poderá, se entenderem, aprovar um voto de pesar da mesma forma que o Executivo aprovou e era isso que eu pretendia dar a palavra aos membros da Assembleia, para que se pronunciassem sobre isso porque o voto de pesar que estão aqui, já foram aprovados pelo Executivo, foram aprovados, podem seguir os trâmites normais, o que está aqui em causa é agora um voto de pesar ser aprovado por esta Assembleia. Poderá ser igual só muda aqui a redação final ou poderá ser diferente. Portanto, os membros desta Assembleia terão que se pronunciar sobre isso, no meu entendimento. -----

Sr. José António Ligeiro, tem a palavra, faz favor. -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** Em primeiro lugar, de algum modo reconhecer que a Junta de Freguesia procedeu muitíssimo bem, com esse voto. Da mesma forma entendo que esta Assembleia, tem

M
\$

o dever porque a Junta é o Órgão Executivo e a Assembleia é o Órgão Deliberativo, digamos, mais abrangente ainda, porque trata-se de dois cidadãos maiorquenses qualquer deles a quem Maiorca muito deve, em vários aspetos. No aspeto associativo, José Verdete, como todos sabemos, foi um homem que se dedicou grande parte da sua vida à causa do associativismo e ao desporto. Na sua própria profissão, muitos dos maiorquenses que hoje exercem essa mesma profissão devem à escola que ele teve, à escola que ele formou na sua própria empresa acabou por se tornar, digamos, um centro de formação de jovens desses estucadores que hoje temos, passaram por ali. Aliás, também ele terá passado por outros porque é assim a vida na parte profissional, mas na parte do associativismo é aí que eu gostaria de definir bem. Penso que todas as Coletividades desta Freguesia, Associações, Casa de Povo, União Filarmónica, etc, Rancho; o José Verdete muito trabalhou para que elas pudessem ser aquilo que são hoje. O José Manel, permitam-me os familiares que diga assim, o Zé Manel, o grande amigo Zé Manel, é a última, a última vez que esteve comigo, a meu pedido foi na escola primária a fazermos uma mostra de instrumentos tradicionais. O Zé Manel teve que se deslocar da sua casa de Coimbra para vir até aqui. Os professores que, com quatro turmas, achavam que era muita coisa todos os alunos juntos, seria muita confusão, se calhar era melhor separar; e eu arrisquei, talvez, vamos experimentar. Pois o Zé Manel com o bandolim, com a viola, com o cavaquinho, conseguiu captar a atenção daqueles alunos todos, que os professores ficaram completamente de boca aberta, como dizia, e a reação foi, como é que é possível? Qualquer coisa, ninguém os segura, e aqui, com uma atenção excepcional. E quando o Zé Manel começou a dar uns simples acordes, era ver os miúdos a bater palmas. É esta a grande lição do que é o saber de uma pessoa. Falar do Zé Manel é uma coisa extraordinária, a primeira viola elétrica que o Zé Manel teve, fui eu que lha vendi, tinha comprado uma viola. É claro que isso é um pormenor, mas é o Zé Manel com o trompete na nossa filarmónica. O Zé Manel que teve sempre pronto a colaborar em tudo o que era... este foi um caso concreto, de vir de propósito para uma coisa que não era nenhum espetáculo, era uma coisa para as crianças das nossas escolas. Crianças que certamente vão ficaram com essa memória também. Portanto, o Zé Manel, sendo pequeno na estatura como eu, era de facto um grande homem. E nós, maiorquenses, penso que, nesse nosso Zé Manel, encontram motivos para podermos ser também nós, cada vez melhores, cada vez mais colaboradores das nossas associações, porque, quer queiramos quer não, o que fica é os contributos que cada um de nós dá para o que o mundo dá amanhã possa ser melhor. E o Zé Manel foi esse jovem que, com a sua ação, com o seu saber também, para além de ser um músico profissional, porque é isso mesmo, ele deu muito de si na causa, nas várias causas que existiram nesta nossa terra e não só. Portanto, para mim, o voto de pesar é mais que justo. É, digamos, um dever nosso. É um dever de nós prestarmos essa homenagem. E onde quer que estejas Zé Manel, sabes que nós estaremos sempre contigo e contaremos sempre contigo. Muito obrigado. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Sim, senhor. Mais algum elemento da Assembleia pretende usar da palavra? -

- **Sra. Deputada PSD, Guida Freitas:** Eu subscrevo o que está no voto de pesar e concordo plenamente com aquilo que o Sr. Ligeiro disse. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Mas a questão que está aqui em causa é, na parte final, a redação. Vocês já leram, de certeza, todos, o voto de pesar. Em que diz o Executivo da Junta de Freguesia aprovou este voto de pesar em reunião do Executivo, de 4 de novembro de 2024. Manifestando o seu pesar pelo falecimento do José Manel de Rodrigues Oliveira e expressa ao seu pai, seus filhos e mais familiares. Isto é o do Zé Manel, o do Senhor José Maria Verdete, portanto, também termina da mesma maneira. A questão que está aqui em causa é assim, estes votos já foram aprovados, pertencem ao Executivo. Agora, portanto, nós não precisamos de aprovar estes votos. Nós, a aprovar, temos que aprovar um voto nosso. Um voto em que termina, terminará que a Assembleia de Freguesia, por mim, não vejo inconveniente de ser tal e qual como está aqui, só que o último parágrafo terá que ser alterado. A Assembleia de Freguesia, em reunião ordinária do dia 19, aprovou um voto de pesar, manifestando o seu pesar pelo falecimento e pronto. Ao fim e ao cabo é tirar do texto o Executivo, passando à Assembleia de Freguesia e a data. No resto, não vejo mais, só me parece porque nós não podemos ir aprovar uma coisa que já foi aprovada pela Junta. A Junta aprovou o seu voto de pesar, está no seu plano direito, quando nós podemos aprovar e devemos, no meu entendimento, um voto de pesar, mas... -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** Como que aprovar um voto? -----

M
\$7

- **Sr. Presidente da AF:** O nosso voto de pesar. A Assembleia de Freguesia aprova. Depois, com a Maria José, tratarei de alterar aqui. O Executivo irá mandar o voto pesar, tal e qual como está, aos familiares. A Assembleia de Freguesia mandará o voto de pesar, com a redação final alterada, em nome desta Assembleia. -----

Portanto, no ponto 5, José Manuel Rodrigues Oliveira alguém vota contra a proposta que eu apresentei aqui, alterando a redação? Alguém se abstém? -----

Então, ponto 5 aprovado. -----

Portanto, voto ponto 6, que é em relação ao Sr. José Maria Verdete. Alguém vota contra a proposta de alterar, digamos, o parágrafo, o último parágrafo, em vez de Executivo sendo a Assembleia de Freguesia? Alguém vota contra? Alguém se abstém? -----

Então, portanto, ponto 5, ponto 6, aprovados por unanimidade. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Faz favor Sr. Presidente. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Sr. Presidente, peço desculpa pelo tempo que vou roubar, mas indiscutivelmente. Antes de mais, quero agradecer, obviamente, à Assembleia por participar connosco nestes votos de pesar. Acho que, por respeito pela dignidade e por tudo o que nos merecem, acima de tudo, devíamos proceder à leitura dos mesmos votos para quem, de alguma forma, não os tenha lido, como é óbvio, eles foram escritos e aprovados pelo Executivo da Junta de Freguesia em consonância com os dados e com a autorização e permissão dos familiares, pelo qual agradecemos como é óbvio. E achamos que, indiscutivelmente, deveriam ser lidos para que quem, de alguma forma, não teve acesso ao documento, ninguém teve, exceto as famílias e os Senhores Deputados, possam hoje perceber aquilo que nos move na promoção da homenagem que estas pessoas realmente merecem. Por isso, se for permitido, ia pedir à Sr^a Secretária da Junta de Freguesia de Maiorca, que lesse os dois votos, que desde já, e de novo, agradeço imensamente pela aprovação em causa. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tem a palavra a D^a Rosa. (*) -----

- **Sr. Presidente da AF:** Obrigado Rosa, pela leitura efetuada. Este era o voto de pesar que o Executivo da Junta de Freguesia já tinha aprovado e que agora vai ser subscrito, alterando o último parágrafo que acrescentará, em vez do Executivo passará, será um voto de pesar do Executivo e um voto de pesar da Assembleia de Freguesia de Maiorca. Muito obrigado. (**)- -----

7. Apreciação, votação e aprovação dos documentos Previsionais para o ano de 2025 (Orçamento, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimentos), conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Dava a palavra ao Sr. Presidente da Junta para falar sobre estes pontos se é que tem alguma coisa a dizer. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Bem, sobre o tema em causa julgo obviamente que todos os Srs. Deputados hadem ter, atentamente, feito uma apreciação sobre o mesmo. Este é o orçamento possível para o ano 2025. Muito do que estava por ser feito em 2024, passará para o orçamento de 2025. Nem tudo correu como gostaríamos, mas ainda assim, mediante aquilo que são as possibilidades, as capacidades, as responsabilidades da Junta de Freguesia, julgo que conseguimos criar, constituir um Orçamento, o Plano Orçamental e o Plano de Atividades de acordo com a expectativa da nossa Freguesia. Tínhamos a intenção de fazer muito mais durante o ano 2024, algumas destas obras e intervenções não dependem obviamente da Junta de Freguesia dependem sim de investimento municipal, que tem essa mesma competência. Nós, enquanto Junta de Freguesia, enquanto executivo atual da Junta de Freguesia procurámos um orçamento fiel, fidedigno na tentativa de que estes últimos nove meses possam concluir no mínimo tudo o que estava previsto naquela que era a nossa fase inicial em 2021. Estamos numa reta final. Temos a noção que em muito pouco tempo todos nós estaremos de novo naquilo que se chama fase de eleições e aquilo que nós constituímos, nós Executivo da Junta de Freguesia foi um orçamento credível única e somente baseado no que infelizmente não foi possível ser feito nos anos anteriores e felizmente, esperamos venha a ser feito no ano 2025. Estou cá para esclarecer qualquer tipo de dúvida. O que forem pormenores técnicos e agradeço obviamente à funcionária Maria José por estar aqui hoje. Há-de haver um outro pormenor técnico que pode ser ela, obviamente a pessoa mais qualificada a

M
17

responder, mas no geral, estou cá para que cada um de vós possa questionar sobre o que quer que seja relacionado obviamente com este orçamento. Obrigado Sr. Presidente. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Obrigado Sr. Presidente. Algum dos Membros desta Assembleia pretende usar da palavra acerca de, do ponto que está em discussão? questões, perguntas? Tem a palavra a Deputada Paula Costa. -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Então muita boa noite, novamente. Relativamente a estes documentos que são as opções do Plano para o ano 2025, eu gostaria que fosse aqui esclarecido pelo Sr. Presidente em representação do Executivo da Junta de Freguesia; o documento relativamente à opção do Plano e Orçamento, página 9, porque me parece que tínhamos visto em um orçamento anterior o estaleiro cujo valor visível seja de 50.000 euros. As novas instalações da Junta surgem de uma forma enfim, como surgiram e que nós também não percebemos como surgiram e que têm aqui um valor de investimento de 2.500 euros. Depois um espaço para vender arroz doce 5.000 euros, e muito me espanta, muito me espanta aqui o Artes e Ofícios Jovens, também nunca tínhamos ouvido falar disto, e outra coisa que me espanta é a venda da Sede atual da Junta de Freguesia, página 2, mapas orçamentais; portanto eu gostaria de ver esclarecido porque é que, desde 2021 estamos nesta confusão, vendo casas do Paço, vendo casas na Praça, não vendo porque já não se querem vender e agora surge aqui num orçamento que tem para executar 9 meses. Estas questões que eu coloquei. Obrigado. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Mais algum elemento tem perguntas para fazer? -----

Eu por acaso também, ali a Dr^a Paula já falou, eu também pretendia fazer uma pergunta que era relacionada com a venda do edifício da Junta de Freguesia, é que, ainda não estamos na nova Sede, não sei, nem quando é que será, e já está aqui em orçamento para 2025, a venda do edifício. Isto é apenas um orçamento, de facto é verdade, mas também não me parece, lá muito oportuno, essa situação de colocar já em venda a casa. Depois uma das situações que eu encontrei também aqui, é em termos de atividades culturais, sociais e recreativas, da Freguesia, os apoios aqui, aqui numa rubrica está 2.500 euros, na outra está 500 euros. Para mim, acho um pouco, acho muito pequeno essas verbas, de apoiar as nossas instituições. Outra situação que também me chama aqui a atenção que é no crucsis, que eu nem sequer sei o que é. Gostaria que depois, noutra ponto, mais à frente gostaria que o Sr. Presidente nos esclarecesse melhor essa situação do crucsis, que tem aqui uma verba já aplicou, tanto quanto eu sei, já foi aplicado tem aqui 4.500 euros para retirar, remoção de entulho e aplicação de piso, o entulho já foi retirado e 10.000 euros para alargamento de vias e construção de espaços de homenagem aqui ao Sr. da Paciência, pronto, também desconheço o que é que será isto. Depois de mais outra rubrica, no crucsis. Embelezamento com aplicação de elementos religiosos na rua Sr. da Paciência 5.000 euros, é um facto, isto é apenas um orçamento para o ano 2025. Aparecem-me aqui verbas para coisas que eu desconheço. Gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia. -----

O Sr. César também pretende usar da palavra? -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** É só um pequeno pormenor e nem sei se está aqui discriminado ou não, andei à procura e não consegui entender. Soube recentemente que a Junta tinha adquirido um imóvel, um ativo, não sei se foi doado, se foi comprado, sei que houve uma intervenção, pelo menos foi o que me disseram que houve uma intervenção, mas eu desconheço alguma decisão acerca dessa matéria, portanto, gostaria também de ter algum esclarecimento sobre esse pequeno ato. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Sim, ainda bem que falou nisso, porque eu realmente também era para fazer essa pergunta, mas iria avançar no outro ponto nas informações do Sr. Presidente da Junta. Ele tem cá essa situação. Essa questão já me foi colocada. Foi colocado foi, A Junta comprou uma casa para alargamento da rua. Eu fui lá ver, achei assim um bocado estranha a situação. Depois também me disseram que foi doado. Se foi doada, se foi comprada, poderá ser no mandato anterior e esta Assembleia não tem conhecimento. Se foi neste mandato, o assunto devia ter passado por esta Assembleia. Portanto, pelo que julgo saber, mas também não sei o ponto da situação, gostava que o Sr. Presidente salientasse essa situação. Mais ninguém pretende usar da palavra? -----

- **Sr. Presidente da AF:** Então, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às questões. ---

- **Sr. Presidente da Junta:** Obrigado Sr. Presidente. Vou tentar responder a tudo para que não haja rigorosamente nenhuma dúvida. Tal como referi, vou tentar ser explícito, ao limite. Há um pormenor

A
A

que tem que ser de imediato referido. A Junta de Freguesia e o Executivo da Junta de Freguesia, de acordo com a legislação em vigor, pode acordar a venda e a aquisição de património num valor limite de 220 vezes o salário mínimo, sem aprovação da Assembleia de Freguesia. Ainda assim, e vou começar por aí, o projeto Crussis foi apresentado no 25 de abril deste mesmo ano, onde agradeço, obviamente, todos receberam o convite nos vossos e-mails, exceto o Sr. Deputado Ligeiro, que na altura não era Deputado. Agradeço a presença do Deputado César Galocha que, tanto quanto julgo saber terá sido das poucas, dos poucos elementos da Assembleia de Freguesia, que se deu ao trabalho de conhecer o projeto, ou no mínimo, de perceber aquela que era a pretensão da Junta de Freguesia. Usando de novo estas palavras, e para esclarecimento, como é óbvio, Junta de Freguesia adquiriu um imóvel devoluto na Rua Senhor da Paciência, nas Cruzes, pelo valor de mil euros, mil euros, com a intenção de obviamente, criar um espaço que pudesse proporcionar uma homenagem ao Santíssimo Senhor da Paciência. Embora não seja o Santo, todos sabemos que é o São Salvador o Santo da nossa Freguesia, mas temos, porque temos uma grande devoção ao Senhor da Paciência e entendeu este Executivo, que mediante o valor de investimento razoavelmente simbólico, poderíamos, de alguma forma adquirir o espaço e construir algo que dignificasse aquela que no fundo, também é a entrada ou uma das entradas principais da nossa Freguesia. Tal como referido, não carecia, não carecia, continua sem carecer, de votação ou aprovação da Assembleia de Freguesia, a aquisição e a alienação de imóveis até 220 vezes o ordenado mínimo. O que nós fizemos neste mesmo orçamento, foi apresentar aquilo que seria a expectativa, e o orçamento é mesmo isso, é um documento previsional que de alguma forma dá a entender qual seria o limite, ou o valor que julgamos justo para determinado tipo de intervenções só para concluir o projeto Crussis. Não tenho rigorosamente nenhum problema em apresentar-vos o projeto. Tal como referido, não passa de um projeto. Projeto esse, que seguirá aquilo que são as regras orçamentais. Há uma previsão de investimento, nessa mesma obra, que só se realizará se o Orçamento o permitir. De outra forma, a área em causa, porque o edifício já não existe, a área em causa é propriedade da Junta de Freguesia, tal como referi, comprámos por mil euros. Já retirámos o edifício abaixo, porque o mesmo prédio já tinha sido notificado pelo Município para que houvesse a sua demolição e, em negociação entre o Executivo, os proprietários à data e o Município, foi dado algum tempo para que o prédio pudesse ter uma nova resolução, e os proprietários acordaram connosco uma venda por um valor simbólico, porque, obviamente, não se mostraram demovidos à doação do mesmo. A Junta tentou ao máximo que o prédio fosse doado. Infelizmente, não concordaram, e a Junta teve que o comprar, porque achámos que não faria sentido rigorosamente nenhum, naquela zona, e tenho que o dizer, temos a Rua Manuel Pinto da Costa completamente asfaltada, temos, felizmente, a Rua oposta, também com um grau de asfalto razoavelmente interessante, e achámos que numa zona de entrada, importantíssima para a Freguesia de Maiorca, faria sentido complementar-mos com um espaço, esperamos nós, razoavelmente agradável, e que possa fazer uma homenagem justa e digna ao Senhor da Paciência, que como todos sabem, também é querido e adorado, independentemente do grau de religiosidade de cada um de nós. Os valores da execução da obra foram subdivididos em parcelas distintas, justamente porque só serão executadas mediante a capacidade financeira e orçamental da própria Junta. Ou seja, já procedemos à demolição, não pagámos, de outra forma, teriam essa mesma informação, acordámos sim com o empreiteiro em causa, que faria a demolição e que iniciaria o processo de construção da mesma obra. Repito, faseámos a obra em três partes diferentes, porque a primeira parte, que nos interessa, demolição, já concluímos, a segunda parte, reabilitação em termos de segurança, como sabem, existe um prédio habitacional mesmo ao lado, temos de que reconstruir obrigatoriamente essa parede, da mesma forma que temos de reconstruir o muro, que delimita o acesso a uma pequena faixa rodoviária, não tem nome de rua, ainda assim, é um Beco, neste executivo e noutros, foram feitas várias intervenções por esta Junta, até porque na altura havia um aspeto social que hoje, felizmente ou infelizmente, já não existe, e o certo é que a tentativa aqui, na demonstração orçamental, é a explanação daquilo que nós julgamos o máximo dos máximos que iremos consumir em termos de recursos financeiros, para que tenhamos um espaço digno, de divulgação e apresentação pública da nossa admiração ao Sr. da Paciência. Penso que sobre este tema já respondi tudo, mas se houver dúvidas, obviamente, perguntarão. Os valores em causa, só para terminar este mesmo tema, tal como vos disse, estão subdivididos por parcelas, porque temos a noção, após

M
↓

consulta a alguns empreiteiros, pequenos construtores, pedreiros e afins, de quanto é que custaria fazer uma determinada obra, a obra seguinte e a outra obra conclusiva. Ou seja, vai sendo feito, à medida daquilo que for sendo conseguido em termos financeiros. -----

Em relação às outras questões, nós temos, efetivamente, duas verbas que são exatamente as mesmas. Aquisição de estaleiro e venda do edifício onde estamos hoje. Se repararem, não consta neste orçamento, e no orçamento anterior, se bem se lembram, tínhamos mais de meio milhão de euros de previsão. O que temos hoje é um orçamento muito mais limitado em termos de valores, porque nem sequer estamos na expectativa imediata, porque não estamos, daquilo que possa vir a ser a venda da Casa da Praça e transformação em prédio habitacional. Os timings foram curtos, já o dissemos noutras Assembleias, não vou repetir, ouvi perfeitamente as opiniões de cada um de Vós, percebi perfeitamente as apreensões que foram efetuadas sobre o mesmo, neste momento jogamos contra o tempo. Ou seja, em resumo, a Casa da Praça poderá nunca chegar a ser vendida, pelo menos nos moldes que inicialmente estavam previstos. Inicialmente, barra, últimas Assembleias. Repito, o prédio poderá nunca ser vendido, pelo menos durante o decorrer do mandato, porque se o Município ou o IHRU, a entidade que o ia adquirir, julgar que não tem tempo útil e não se trata de dinheiro, trata-se de tempo de execução de obra. Se achar que não tem tempo de execução de obra, o prédio vai ficar, rigorosamente como está, na posse da Junta de Freguesia. Mediante deliberações de Assembleias anteriores, o que já fizemos e que estamos ainda a executar, é a perfeita atualização, penso que a palavra será essa, da área em causa com a retirada ou, neste caso, com a delimitação da área comercial tal como decidida em Assembleias anteriores. Ou seja, esse mesmo processo também nos está a demorar mais tempo, tendo em conta que, vou dar um exemplo, no registo predial apareceria 1.300 m², depois na conservatória aparecia 1.500 m², depois nas finanças aparecia 1.200 e não sei que m² e tínhamos uma diferença em termos de área habitacional e outras, distinta em cada um dos documentos. Neste momento, o que executivo está a fazer ainda e não parou de tentar fazer, é que, no mínimo, as áreas delimitadas existentes sejam compatíveis naquilo que são as estruturas oficiais. Porque, de outra forma, não vendemos nem a estes, nem a ninguém. Haveria sim, uma escritura com determinado valor de m² que, à posterior, foram conservados para outros m² e que, nas finanças, teriam outros tantos m². Isto não é invulgar, porque infelizmente, durante muito tempo não houve cruzamento de dados entre as entidades Estado. As próprias entidades não funcionavam em concordância. E a pessoa ia registando, pessoa, Entidade o edifício, o espaço envolvente, aqui com uma área, aqui com outra área e, no restante, com outra área ainda diferente. À data, à data e sobre este tema, não incluímos nenhuma previsão de receita, sendo que, os Srs. Deputados que estavam anteriormente nas Assembleias sabem que o valor da venda do edifício de onde se exclui a área comercial é de 184.000 euros. Esse é o valor previsto, valor esse foi aprovado, até à data, e não há prova em contrário, por esta Assembleia de Freguesia. Tal como referi há bocado, se este valor fosse inferior a 184.000 euros, nem sequer carecíamos de aprovação da Assembleia. Felizmente, o valor é superior, quanto mais, melhor. -- Indo ao tema em causa. Aquisição de estaleiro. Nós passámos, no orçamento anterior, dum valor estipulado, estimado, previsto em termos de aquisição de 150.000 euros. O que nós tínhamos, volto ao mesmo, era a previsão de receber o valor da venda da Casa da Praça, cuja transformação em habitação todos vocês conhecem e à posterior, aquisição do imóvel, isto, porque também a lei o obriga. Voltamos sempre ao mesmo. Uma coisa é a venda, outra coisa é a aquisição, que vai depender sempre de valores mínimos legais. Depois, outra coisa é aquilo a que a própria lei obriga. Eu não posso vender um imóvel, supondo, de 184.500 euros, por exemplo, e dar-me ao luxo, ou a Junta de Freguesia dar-se ao luxo de comprar 184.000 euros de janelas. Não podemos. Se vendemos um imóvel, a lei obriga a que este mesmo valor seja investido em imobilizado. Podíamos comprar 50 espaços de arroz doce, podíamos comprar uma imensidão de artigos imóveis, e atenção, também móveis, por exemplo, podíamos comprar um novo trator, uma nova carrinha, porque esse é um tipo de equipamento que se justifica dentro das aquisições legais. À data, o que nós fizemos foi muito simples. Nós considerámos dois valores, única e somente para que as rubricas ficassem abertas. Não pedimos nenhuma avaliação sobre o valor deste edifício. Nenhuma. Baseámos aqui uma especulação para que ambas estivessem em aberto. O que significa que, se eventualmente conseguíssemos vender este edifício, salvo seja por um valor após consulta, a uma entidade, reguladora externa, não somos nós que decidimos o valor. Temos de contratar um avaliador,

A
Z

uma empresa avaliada, uma empresa certificada para a avaliação de imóveis, que nos atribuiria um valor para este mesmo prédio e que, à posterior, poderia ser vendido com licitação base mínima. Supondo que nós atribuíssemos 50.000€, mas não gastámos um único cêntimo para perceber qual seria o valor em termos de avaliação. Poderia chegar aqui um avaliador e dizer, este prédio vale 100.000 e então o que ia constar neste orçamento eram 100.000€, de venda do edifício. O valor que contabilizámos, prende-se com o único motivo. O Executivo acha que deve ao máximo construir, já que não consegue comprar feito, algo que sirva de estaleiro para a Junta de Freguesia. Nós ocupamos um espaço arrendado. Espaço esse que gostaríamos imenso de comprar, com as verbas atuais não vamos conseguir nunca. Provavelmente mesmo com a venda deste edifício também não iríamos conseguir e então encontramos um valor. De novo, um valor que julgamos satisfatório para que se conseguisse criar um espaço específico para o efeito estaleiro. Não estamos a falar em nenhum edificado. Não vamos construir casas. Tudo isso obrigaria projetos, atrás de projetos, aquisições de imóveis, venda de imóveis, legalizações e chegámos à conclusão, já todos perceberam o bocadinho isso, este tipo de situações vai demorar um determinado tempo. Arranjámos o plano B, que era pegar num provável valor da venda desta casa, repito, poderá ser vendida este prédio, desde que o valor de venda avaliado não ultrapasse os 180 mil euros. Sem consulta à Assembleia. Isto para esclarecimento geral. Independentemente de poderem ou não causar indignação, é o que a lei diz e neste momento o que nos interessa é funcionar de acordo com a Lei. Basta que para isso o Executivo assim entenda. Se o Executivo também não chegar a um acordo, este prédio também não é vendido, nunca. Agora, uma coisa é este Executivo tem como mútuo acordo e por isso é que consta em orçamento, é que devemos, de alguma forma, arranjar uma alternativa ao espaço estaleiro. Infelizmente, temos uma área ampla, junto do Largo da Feira que nos permitiria, provavelmente, criar algo próprio, em propriedade própria. Obviamente, os terrenos são municipais, mas como todos sabem, estamos a gastar dinheiro no que é do Estado, não é problemático, e calculámos um valor mínimo, mínimo, porque 50 mil euros como sabem, não dá para muito, mas achámos que de alguma forma devíamos considerar porque é que temos que fazer, teoricamente a venda em termos orçamentais, porque de outra forma não teríamos nenhuma rubrica que permitisse a entrada desse capital. Ou seja, eu poderia perfeitamente anular aqui a aquisição do estaleiro, podia perfeitamente aniquilar aqui a venda da casa, ou da atual Sede da Junta de Freguesia. Da mesma forma, podia voltar a colocar de novo, venda da Casa da Praça, 184 mil e 500 euros, aquisição estaleiro, 150 mil euros. Neste momento, achámos que não faria sentido nenhum, única e simplesmente, porque achámos que o processo está a ter demasiada complexidade e achamos que, com um bocadinho menos de capital, se calhar com algum esforço financeiro do executivo, se calhar com alguma forma mais interessante de encaixar capital, salvo seja, apoios municipais, se calhar conseguimos arranjar verba suficiente para fazer o tal estaleiro sem obviamente vender prédio rigorosamente nenhum. Em formato simples, a lei obriga-nos a que, se tenho um valor de previsão receita, tenho que ter um valor de previsão de despesa. E nós aqui trabalhamos em função da despesa. Achámos que, para resumir, em 50 mil euros, conseguimos criar algo que se possa assemelhar a um estaleiro. Terá que ter segurança, terá que ter provavelmente alarme, sabemos que tudo o que sejam áreas de fácil acesso e de menos movimentação habitacional é sujeito, como se viu agora no Grupo Desportivo de Maiorca, está sujeito a assaltos, da mesma forma que a nossa piscina foi assaltada, da mesma forma que o secretariado existente do edifício específico no Largo da Feira Nova também já foi assaltado. Roubaram as portas e tudo o que lá estava dentro. E o que pensamos é que conseguimos criar, no mínimo, algo que nos permita ter um espaço para colocação de equipamentos que também um orgulho imensamente em dizer, temos imensos equipamentos, úteis, funcionais, novos, recentes, alguns mais antigos, mas temos à data, se calhar um género de valorização, em novo, mais de 50 mil euros de equipamentos que merecem uma guarida no mínimo o mais segura possível onde possamos permitir, obviamente, ter algo que não nos custe dinheiro que é, obviamente, a renda dum espaço. Há algo que tenho de dizer, lamento, mas tenho que o dizer, esta Junta de Freguesia, tanto quanto julgo saber e posso estar enganado e existem aqui pessoas que me podem dizer ao contrário nunca teve um próprio estaleiro e vocês se visitarem as outras Juntas de Freguesia ou as outras Freguesias, reparam que todos têm estaleiro, todos, sem exceção. Não há uma única Freguesia neste Concelho que não tenha um espaço digno para a arrecadação, segurança dos equipamentos. Nós achamos que esta é uma mais-

A
f

valia para que se consiga manter o equipamento existente porque de outra forma não faria sentido nenhum adquirir equipamentos. -----

Penso que em termos de questões se houver algo mais... O valor das atividades Culturais, Sociais, Desportivas e Recreativas, temos aqui 2.500 euros. É um valor relacionado com a verba que regra geral consumimos este ano não há grandes diferenças. A grande maioria dos orçamentos são feitos num espelho daquilo que é o investimento do ano anterior, ou seja, em 2024 não ultrapassámos esta verba. Depois temos aqui algo, Associações de Freguesias. Esta verba que está aqui é a verba que vai para a ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias, ou seja, temos que pagar, é uma cota anual não temos como fugir. De resto, se houver mais alguma dúvida esclareço, mas julgo que os pontos que estavam... O Orçamento Participativo Jovem, como é óbvio. Nós temos ainda a decorrer desde 2019 o projeto que se chama Artes e Ofícios. Implica a recuperação do lagar no Casal Benzedor, também de alguma forma, para quem não souber, o edifício foi-nos doado pelo seu proprietário para que conseguíssemos efetivar esta obra. Este é um projeto que vem de 2019, o projeto teve um valor de verba inicial como quase todos sabem, em 2019 o Município atribuía 50 mil euros ou mais. Houve uma requalificação do projeto, chegou-se à conclusão que 48 mil euros chegariam, e o ano passado e se forem confrontar isso com o orçamento do ano passado, até tínhamos um valor razoavelmente mais baixo, o certo é que o Município, à data, prefere, mil vezes, disponibilizar-nos a verba e sermos nós os responsáveis pela execução da obra. Ainda não o fizemos, por culpa nossa, porque também já estava no plano anterior, não conseguimos arranjar um formato que nos permitisse avançar com a obra, como também muitos de Vós saberão, como é óbvio, a partir de 25 mil euros tem que ir a concurso público. Não há possibilidades de ajustes diretos, e o que temos é que transformar uma obra de 48 mil euros num processo simples que não conseguimos até hoje. Mantivemo-lo, na expectativa de o conseguirmos fazer. Este projeto, se repararem, entra na receita e entra na despesa exatamente com o mesmo valor, ou seja, estar aqui ou não estar, é a mesma coisa. Agora, não estando, estaria o executivo a assumir que não temos interesse nenhum em fazê-lo, e temos interesse em conseguir fazer esta mesma obra. Mais alguma coisa? -----

- **Sr. Presidente da AF:** Mais alguma questão? Tem a palavra o Sr. César Galocha, e depois o José António. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** O Sr. Presidente da Junta diz que, eu vou passar a ler as competências materiais artigo 16 sobre o regime jurídico diz assim e eu confirmo “adquirir, alienar ou honrar bens imóveis de valor até 220 vezes a remuneração mínima mensal garantida nas Freguesias até 5.000 eleitores”, que é um valor atual de 821 euros, e que dá 180 620 euros, que não precisa de passar aqui na Assembleia. Mas também há aqui um artigo que diz assim “deve elaborar e aprovar a norma de controle interno bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da freguesia e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação da Assembleia de Freguesia”. Eu vou repetir, “inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da freguesia e respetiva avaliação”. Alínea e). Portanto, quando fala de vender o edifício já deve saber qual é o valor dele. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Tal como referi há pouco, nós não temos nenhum valor base para o edifício... -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Mas devia já tê-lo. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Mas não temos. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** A Casa da Praça, a Casa da Praça, vai a negócio e segundo esta alínea, já devia ter um valor. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** A Casa da Praça tem um valor... -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Já tinha um valor. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Não foi atribuído por nós, mas foi por uma entidade credível... foi o Município -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Mas não é isso que está aqui. Nós, Vós, Executivo da Junta já deviam ter esse património elencado com o valor dele, comercial dele. É o que está aqui. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Eu estou a entendê-lo. Continuo a achar é que é de todo ilusório, é absolutamente, tenho que dizer esta palavra, ou será absolutamente inédito que alguma Junta de



Freguesia tenha todo o seu valor patrimonial identificado. Identificado, calculado, previsto, nenhuma nem Buarcos. Eu estou a usar, porque na mesma forma o Sr. Deputado usa Freguesias de Braga, eu agora vou ter que falar isto. Nem Buarcos. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Eu só estou a alertar para as obrigações legais... -----

- **Sr. Presidente da Junta:** E eu estou a ouvi-lo e ainda bem que essas obrigações existem. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Porque depois, quando nos fala de trocar uma Junta de Freguesia pelo menos este edificado por um armazém, não sei se as variáveis são as mesmas, não é? de avaliação. Há aqui coisas que não batem, não bate muito bem, mas pronto. Eu só queria alertar novamente para esse ponto. Acho que a Junta e o Executivo deveriam atender antecipadamente às oportunidades de negócio, saberem em absoluto e dar conhecimento à Assembleia de Freguesia, aquilo que têm e qual é o valor que têm, mesmo que isso custe um pouco ao erário público. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Sr. Presidente, já agora, só mais duas palavras. De forma alguma e tenho que o dizer, o Executivo decidirá algo em termos de venda, de venda ou de compra que não seja de acordo com o que a Lei obrigar. É exatamente o que lhe estou a dizer. Não fizemos nenhuma avaliação na previsão deste mesmo valor que poderia nem sequer estar cá, vou ser extremamente sério, eu não tinha necessidade nenhuma de incluir isto aqui e venderia na mesma o prédio, sem estarmos hoje a falar nele. Eu fi-lo porque gosto de transparência, gosto de verdade, gosto de que se perceba que não há rigorosamente nada a esconder, nada. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Pelo contrário... -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Pelo contrário. Transparência... -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** O sinal que dá é de pouca transparência quanto à avaliação. ----

- **Sr. Presidente da Junta:** Peço desculpa. Isso é a sua interpretação não andámos os dois nas mesmas aulas de certeza absoluta. Agora, o que eu sei é que, não referindo o edifício, aí sim, estaria a enganar a Freguesia de Maiorca, não referindo a capacidade ou a possibilidade de vir a investir um determinado valor de uma determinada venda em algo posterior, aí sim estava a enganar a Freguesia de Maiorca. ---

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Mas o que eu entendi das suas palavras foi o seguinte, estamos à vontade para fazer um negócio de 180.620 e não vão ultrapassar isto. E se puder, se ultrapassar isto? eu vou condicionar o comprador até este valor, para que depois não possa vir à Assembleia? Pareceu-me assim um... foi a minha interpretação, posso estar enganado, mas também quero lhe dizer uma coisa. Acho que é muito arriscado pensar, neste momento, em vender este espaço, quando o espaço da nova Junta nunca será da Junta de Freguesia, como sabe muito bem. Será um espaço cedido a termos de comodato, pela Câmara Municipal eu já nem digo que seja pela Câmara Municipal eu digo que seja pelo Sr. Presidente que do dia para a noite pode mudar de ideias e vender tudo e a Junta tem que ir para qualquer lado. E portanto, acho que é muito arriscado pensar com alguma antecipação, alienar este imóvel, não é, só porque alguém tomou a decisão, enfim, de transformar aquilo que era uma piscina, ou uma possível piscina para idosos e crianças, coberta, que era o que estava lá construído já, só não estava era acabado, numa nova Junta de Freguesia que a qualquer momento, pode ser alienado pela própria Câmara Municipal, e depois a Junta de Freguesia vai para onde? Para o armazém das máquinas? -----

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. Presidente, quer responder? -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Quero responder, como é óbvio. Eu julgo, não quero ser repetitivo de forma alguma, e penso que usei estas mesmas palavras. A ser possível, o estaleiro da Junta vai ser na mesma feito sem necessidade de venda deste edifício, eu tenho é que arranjar uma rúbrica que me permita fazer resto zero em termos contabilísticos. Eu podia pôr aqui, vou vender este prédio, aquisição de estaleiro 100 mil euros, venda do edifício da Junta, 100.000 euros. Eu até podia pôr 1 milhão de euros, os dois valores teriam é que ser exatamente compatíveis, o que estamos a falar em termos orçamentais... -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Sim, orçamentais. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Peço desculpa, deixe-me concluir. O que estamos a falar em termos orçamentais, é numa previsão de algo que justifique o investimento. A receita e a despesa terão que ser exatamente iguais. O Estado, como sabem, não tem que dar lucro, antes pelo contrário, tem que dar resto zero, esse é o fundamento da sociedade em que vivemos hoje felizmente. E a perspetiva única, por isso é que eu referi, sou transparente. Era muito mais fácil omitir, era muito mais fácil não referir e se daqui



a 3 meses, de alguma forma, o Executivo decidisse colocar o prédio à venda, vocês dir-me-iam, é pá, você nunca falou nisso. Agora, este prédio poderá vir a ser vendido, se o Executivo a si o entender, por aquele que será o valor justo do mesmo, para isso é que existem avaliadores, entidades certificadas que são contratadas e pagas para o efeito. Agora, a conseguirmos, os 50 mil que aqui temos de aquisição de estaleiro, há-dem recorrer duma gestão financeira o melhor possível, sem que este prédio seja vendido. Eu tenho é que ter uma rúbrica que me dissesse, existe uma previsão de consumir 50 mil e existe uma previsão de uma possível venda que proporcione 50 mil euros. E vou voltar novamente ao que disse de início, nem sequer fizemos referência à venda da Casa da Praça, porque voltaríamos a ter um orçamento de 600 ou de 700 mil euros. É óbvio que, se vendermos a Casa da Praça não precisamos de vender isto, nem por nada, nem que ofereçam 1 milhão euros, não havia essa necessidade. O valor em causa, assumido pela entidade credível, como todos percebemos, seria mais que o suficiente para que se conseguisse construir ou adquirir um estaleiro digno. Nas outras Assembleias anteriores e eu fiz questão também de Vos entregar estes mesmos documentos, tínhamos uma previsão na aquisição de um edifício que nos permitisse um arrendamento à posteriori, em vez de sermos nós a pagar renda, seríamos nós a cobrar renda a alguém externo, num plafond de receita que num prazo máximo de 10 anos, de 10 anos, e aqui o Município faz exatamente as mesmas contas, há um investimento cuja previsão de retorno em determinado tempo volta a ser reembolsado. Nós tínhamos é que, acima de tudo, ser sérios, ser honestos, e demonstrar que, é nossa intenção a construção ou aquisição de um espaço a que possamos chamar estaleiro. A intenção do Executivo é deixar de pagar uma renda e comprar um edifício que permita o alojamento desse mesmo equipamento, que este mesmo Executivo comprou. Não tenho problema nenhum em dizê-lo. 90% dos equipamentos existentes foram adquiridos no mandato de 2017 e no mandato de 2021. Não tínhamos, rigorosamente nada e hoje temos. E da mesma forma que me diz, este prédio até pode valer cem mil, pode valer um milhão, eu sei exatamente é que, em termos de investimento de equipamentos, tenho ali quase 50 mil euros a pagar uma renda num espaço que não é nosso, e a renda que vimos a pagar de há um tempo para cá, não deixámos de fazer investimentos em valores, em equipamentos, ajudarmos a comprar outros equipamentos que, infelizmente, não temos. Ou contratar mais pessoas que, infelizmente, também não temos. Em termos orçamentais, tal como vos disse, podia nem sequer estar isto aqui referido, nem sequer estávamos a falar nisto. Parece que eu até poupava uma imensidão de coisas, mas eu gosto de transparência. Agora, se este edifício algum dia, decidido pelo Executivo, for colocado à venda, ou outra qualquer observação, se o Executivo assim decidir, chegará cá um avaliador que diga, isto vale X, Y. Felizmente, se valer mais de 180 mil e 600 e qualquer coisa euros, fantástico, porque aí vão precisar da aprovação de todos Vós, e ficarei imensamente satisfeito, se isso acontecer. Agora todos nós temos a noção, eu não sou avaliador, mas todos temos a noção como é que funciona o setor imobiliário. O que hoje vale 100 mil, amanhã valerá 80, no dia a seguir valerá 200, não sei... O valor em causa, refiro, é uma estimativa para aquilo que nós julgamos ser mínimo suficiente para a criação de um estaleiro. Ponto. Se eu conseguir fazer um estaleiro, e assumo-o perante todos, sem que venda rigorosamente uma batata, fantástico. É sinal de que tivemos uma boa gestão. É sinal de que soubemos arrecadar receita, onde previsivelmente a receita não existia, e conseguimos fazer algo que, lamento, nunca foi feito nesta Freguesia, e que noutras Freguesias nos dão 10 a 0, 10 a 0. Não há ninguém que não tenha um armazém. Não há ninguém que não tenha um espaço para guardar carros, carrinhas, tratores. Não há Junta nenhuma que já não tivesse carros, carrinhas, tratores e máquinas, e a nossa não tinha nada. Estou tranquilo. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tem a palavra o Sr. José Ligeiro, faz favor. -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Junta. Possivelmente será da minha idade. Estou-me a sentir hoje aqui muito ultrapassado de facto, porque nunca pensei em ouvir do Sr. Presidente da Junta aquilo que estou a ouvir. Primeiro, eu supunha que havia um relacionamento Junta Assembleia, em que ninguém se, nunca um Executivo se agarraria a uma lei para dizer que não tem que vir determinado assunto à Assembleia. Acho que isso, acho que deve sempre vir, independentemente de se a lei obriga, ou não obriga. Depois, eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Junta, porque, talvez seja da idade, pode ter sido da minha idade, que eu tivesse sonhado, mas penso que não, acho que ainda estou... na plenitude. E foi nesta mesma casa, que eu ouvi o Sr. Presidente da Junta

A
47

dizer que a Junta iria ser transferida para um local e que aqui... o Sr. Presidente, faz favor de me corrigir, se eu estiver, posso ser que esteja a inventar, que aqui iria ser construída uma casa mortuária. Na altura, houve até pessoas do público perguntaram-me a questão de que seria um primeiro andar, era um primeiro andar. Portanto, a pergunta que eu tenho de fazer ao Sr. Presidente é, se eu sonhei, ou se percebi mal, ou qualquer coisa. Porque a venda de um Edifício Sede da Junta de Freguesia.... É verdade que, noutros tempos, a preocupação era de adquirir património. Agora, a preocupação é vendê-lo, aquilo que outros com tanto sacrifício. Por outro lado, o Sr. Presidente da Junta... falou há bocadinho, foi as palavras foram suas, e foi há tão pouco tempo, não me devo estar equivocado, que disse que estamos a nada de entrar em eleições etc. Ora, a minha pergunta tem que ser esta. De facto, todos sabemos que vamos entrar em eleições a curto prazo, no próximo ano, estamos no fim do ano, no próximo ano. À partida nada garante se, consta que o Sr. Presidente será candidato, independentemente da força que for política pela qual será candidato, custe o que custar, mas penso eu, em democracia, não há eleições antecipadamente ganhas. E a minha pergunta é esta. Com esta, com este querer de vender o património, não estará o Sr. Presidente da Junta, ou o Executivo, não sei se é só o Sr. Presidente, a hipotecar o futuro da Junta de Freguesia? Porque nada nos garante que, não sendo o Sr. o vencedor, estará o Sr. então a procurar, com este tipo de atitudes, condicionar que outra pessoa, sabendo que a Junta é vendida, o Edifício Sede, sabendo que a casa tal é vendida, sabendo que a Junta, no fim de contas, está numa situação, se calhar, o Sr. não vai ter, então, ninguém a concorrer com o Sr., porque a situação é tão má, que já ninguém se sente com vontade de pegar numa situação destas. Eu, sinceramente, não pegaria. Mas, pronto, é só um esclarecimento, no fim de contas, era isto. Havendo eleições, que o Sr. pensa ganhar, seria o caso daqui da Sede da Junta. Se eu percebi mal, ou não, que isto não era para vender, que era sim a transferência daqui para o outro lado e aqui seria construída outra coisa, porque, naquele caso, posso ter percebido mal, e se percebi mal, peço desculpa, mas fiquei com essa convicção. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Mais alguma questão? Sr. Presidente de Junta pretende responder a alguma coisa? -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Claro que sim ... -----

- **Cidadã:** Boa noite. Peço desculpa, vou ter que me retirar. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Boa noite e obrigado pela Vossa presença, sim. -----

- **Cidadã:** Obrigada. Já agora permitam-se só dois minutinhos. Muito obrigada por se terem lembrado desta nota de pesar pelo nosso pai. Aceitámos logo, porque lho fizeram em vida e agradeço ao Presidente Rui Ferreira. E foi exatamente a razão pela qual nós acedemos logo, e com uma grande honra. E podendo aqui, portanto não tinha isto em ideia, mas pegando nas palavras da Sr^a Deputada Guida Sousa... Portanto, eu deixava aqui um repto. Porque não uma rua com o nome José Maria Verdete? É porque nós agora estamos de luto, nestas burocracias, percebemos que há ali uma ruazinha, perto de um espaço, que o nosso pai cedeu há anos à Junta de Freguesia. E porque não? Deixo aqui um repto. Muito obrigada. --

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. Presidente tem a palavra para a sua intervenção, faz favor. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Peço desculpa a todos. Obviamente, as pessoas em causa fizeram questão de manifestar e obrigado Sr. Presidente por ter deixado que pudessem dizer alguma coisa. De novo, obviamente, quero responder a aquilo que... responder, esclarecer aquilo que for necessário. As Juntas de Freguesia e os Municípios, e toda qualquer Entidade, acabam por criar uma imensidão de projetos que não passam disso mesmo, projetos. Obviamente, a atual Sede da Junta de Freguesia, onde estamos hoje, daria, excelentemente, uma fantástica casa mortuária. Independentemente de alguns gostarem ou não. Agora, o que eu sei, e estamos baseados naquilo que é um orçamento, é que se, da mesma forma que eu disse, é nossa intenção que no futuro consigamos ter um espaço digno, estaleiro, escuso de estar insistentemente a responder ou a repetir-me, as verbas em causa, começarão, obviamente, a ser extremamente curtas para que depois se consiga ou não fazer a execução desse projeto. Ainda assim, não vou desmentir, em tempos falei, em tempos falei, este era um excelente espaço para ser uma casa mortuária. De novo, repito, a preocupação não é vender património. Em termos orçamentais, repito, a preocupação foi arranjar uma rúbrica que nos permitisse um valor de receita equiparado ao valor da despesa. Ponto final. Da mesma forma que não foi nunca preocupação nossa vender a Casa da Praça. A preocupação é transformar um prédio, sob o qual a Junta de Freguesia não tem capacidade financeira,



para recuperar de forma devida e transformá-lo em algo, eh pá, que lamento. É um ponto fulcral nacional, habitação. Muito já foi dito sobre isso. Quando referi a expressão eleições, foi única e somente por um único motivo. Referiu-o pela transparência que achamos na apresentação destas duas rúbricas. Tal como vos disse há pouco, não tinha de o fazer. Eu podia perfeitamente omitir uma previsão de construção de estaleiro, uma previsão, a ser necessário, de venda deste edifício, repito, não será nunca executada a venda deste prédio, se não for necessário. E se algum dia for, será de acordo com legislação e lei em vigor. Agora, a pretensão, neste momento, no meu ponto de vista, não é fazer campanha rigorosamente nenhuma. É exatamente o contrário. Eu tenho é pena de não conseguir executar, em tempo útil, porque estamos a nove meses, aquilo a que se comprometemos com os Fregueses. Porque, queiramos ou não, e vocês felizmente também nos aprovaram o orçamento anterior, havia uma previsão de receita que não aconteceu, e agora o tempo vai sendo muito escasso. Da mesma forma que referem, e também não tenho, obviamente, nem esconder, nem massacrar-vos, à data, eu também não sei, qual é a forma barra, formato, que o Município vai decidir para nos atribuir o novo espaço. Eu não sei se é um protocolo a 20 anos, 50 anos, 200 anos, também não sei. Nesse mesmo protocolo, poderá estar escrito, a Junta está ali, mas se a Câmara decidir vender, tem que se ir embora. E isso altera todo o raciocínio, toda a forma de pensar. Eu também tenho capacidade, eu e o restante do Executivo, temos capacidade para saber fazer essa avaliação. Não iremos nunca de forma alguma, proceder à venda deste prédio, vamos supor, só porque sim, apetece-me vender, sem ter a perceção, de qual é o contrato, acordo, estipulado para o edifício para onde vamos. Não fazia sentido rigorosamente nenhum. E o que está aqui espelhado, é mesmo isto. É uma previsão de receita, que compatibiliza com uma previsão de despesa. Não aprovámos, nem existe nenhuma Ata do Executivo, podíamos fazê-lo, mas não existe, a dizer, o Executivo já aprovou que vai vender o prédio. Não existe, rigorosamente nenhuma. Achámos é que devíamos deixar uma verba específica para o efeito, e, por ser ano de eleições, é que eu achei que devia estar aqui escrito. Porque se não fosse, não teria necessidade de vos dizer isto. Fazia e pronto. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tem a palavra a Dr^a Paula Costa. -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Face a estas últimas declarações do Sr. Presidente Rui Ferreira, relembro aqui, a última Assembleia de Freguesia, onde alguém no público, perguntava, porque é que aquilo teria sido atribuído, ou porque é que estava a ser aquela obra feita em nome da futura Junta de Freguesia de Maiorca e porquê é que agora o Sr. Presidente da Junta nos diz que não sabe que destinos é que aquilo vai ter. Portanto, não sabendo que destinos é que aquele edificado vai ter, não sabendo, de facto, se vai ser o novo espaço da Junta de Freguesia, porquê é que coloca à consideração de um Orçamento, o valor que até nos diz, que se calhar nem precisava de pôr cá coisa nenhuma porque consegue um valor mais abaixo do que os 50 mil, que eu acho, sinceramente, não sei onde é que vai fazer isso em Maiorca, porque só o valor de terreno, com legalização vai-lhe ficar por este valor, se quiser vedar e tapar, como é o estaleiro que neste momento tem, alugado, temos alugado, portanto, o valor não será nunca 50 mil e portanto o valor de venda desta casa também nunca poderia ser 50 mil. Portanto, o valor de 50 mil aceita-se. Foi um valor para ficar no Orçamento. A questão é, se não sabemos, de facto, o que é que vai acontecer àquele espaço e se a Junta de Freguesia, eventualmente, poderá passar pra lá e se quer passar pra lá, porque essa também é uma questão, porque é que agora de repente, a Câmara Municipal da Figueira da Foz reestrutura um edifício e diz que a Junta vai para lá?... Não é? Ainda ninguém percebeu isso. Da mesma maneira, não se perceberam em Assembleias anteriores as questões que aqui foram colocadas, da Casa da Praça e do Palácio do Conselheiro Lopes Branco. Portanto, andamos aqui, tipo pescadinha de rabo na boca, à mercê da vontade de alguém, a iludir Orçamentos que aprovamos e que depois o dinheiro não vem porque, enfim, mais vale nós termos um projeto sério, com menos de 50 mil euros, onde não se compra nem se vende coisa nenhuma e se perspetiva um valor de terreno, que é aquilo que é preciso efetivamente, para guardar condignamente todos aqueles que são os móveis da Freguesia em uso. Isso sim, parecia-me uma coisa mais interessante, porque andamos aqui, com milhões para a frente e para trás, que eles na realidade nunca vão vir, e colocamos à especulação, até dos Fregueses de Maiorca, a venda de um edifício que é Sede da Freguesia. Portanto, eu acho que devemos ter alguma cautela até nos Orçamentos que apresentamos. Porque, de facto, isto, lá pra fora, para quem não esteve aqui hoje, eu nem estou a falar em propaganda, nem estou

A7
57

a pensar em nada disso, mas, de facto, não me parece criterioso. É só mesmo... estamos aqui a discutir o sexo dos anjos há não sei quanto tempo, uma coisa que se calhar, não vai acontecer, porque, em nove meses, aquilo não vai estar pronto, e se estiver pronto, não sabemos se aquilo é pra Junta e em que condições é que é. Oiça, o Sr. Presidente da Câmara até pode dizer, sim senhor é a 20 anos, com uma renda de 2 mil euros por mês, consegue ir para lá Sr. Presidente Junta? Não consegue. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. César, tem a palavra. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Eu só tenho duas coisas, duas coisas, que gostava de comentar. Uma, de facto, está relacionada enfim, com as palavras que já foram ditas pela Dr^a Paula, sobre esta incerteza da Junta e sobre as incertezas da Casa, da Casa da Praça. Mas eu gostava de sublinhar aqui um pequeno pormenor, porque eu li num jornal, e o meu nome tem aparecido nos jornais e até ao momento, ainda não tive direito de resposta, porque também já a solicitei. A última que li, foi sobre o PS, em que fala de uma birra entre Presidente e a minha pessoa, por causa da Casa da Praça, e que lamentavam essa questão, e eu penso que tem origem na Comissão Política Local. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Secretariado, secretariado. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Secretariado. Eu gostava de esclarecer o seguinte, não sei... eu nunca tive nenhuma... Não estou na área da birra... não estou na área da birra... -----

- **Sr. Presidente da AF:** A questão não é essa. Estamos a fugir ao tema. Está a falar de um assunto que já devia ser falado nos outros pontos anteriores. Este é o ponto que estamos a discutir, que é o Orçamento e Plano, aqui, da Junta de Freguesia. Portanto, não tem nada a ver com isso que o senhor está aí a falar. Isso devia ser tratado nos pontos anteriores. Se é do Orçamento, continuamos a falar. Se não for, terei que passar para a frente. -----

- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Pronto, mas que tem relevância nesta questão da opção de factos e valores, não é? Porque é assim... Eu vou ser muito sincero em relação à minha iniciativa sobre as autoridades que pedi para fazerem uma avaliação jurídica da situação. E sobre a Casa da Praça, eu adicionei ainda a Secretaria de Estado da Habitação. Portanto, informei a Secretaria de Estado da Habitação acerca daquilo que é o PERU, o Plano Estratégico da Reabilitação Urbana de Maiorca, e aquilo que é a ARU, que funcionam como regulamentos e funcionam quase como lei, não é? associados ao PDM local. E, portanto, eu queria esclarecer que aqui já não há uma birra. Aqui já há também uma possível decisão, sobre uma decisão que seria irregular, se o IHRU, de facto, avançasse com o processo. Portanto... não é birras. São mesmo questões legais que estão em jogo. E eu espero bem que o Presidente da Câmara tenha reconhecido isso também e que, mais tarde, venha a reconhecer que provavelmente iria cometer um grande erro, que é isso que eu apelo a vocês também, aqui à Assembleia de Freguesia, que tenham em consideração isso. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Mais alguma intervenção? Então, o Sr. Presidente também já não tem nada a acrescentar, suponho eu, ou pretende ainda usar da palavra? Então, faz favor. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Peço desculpa. Queria pedir a palavra mais uma vez, mas como é óbvio, tenho que, no mínimo, responder à Sr^a Deputada Paula Costa. É notório, mais que notório, de outra forma a obra não seria feita, a Junta de Freguesia terá nova sede no edifício que está a ser reparado. O que eu referi há pouco, não tenho a noção das condições a que se vai aplicar a permanência da Junta. É distinto. A garantia que vamos para lá é mais que pública, se não de outra forma, a obra não iniciaria. Está lá escrito, requalificação do prédio para a Sede da Junta Freguesia. É o que consta em Rúbrica Orçamental Municipal. Não poderia ser de outra forma. E para isso vou só dar alguns exemplos. A Junta da Ferreira foi a Câmara que pagou, a Junta do Bom Sucesso foi a Câmara que pagou, a Junta dos Moinhos da Gândara, foi a Câmara que pagou e a Junta de São Pedro foi a Câmara que pagou. Todos eles, já tinham Juntas, antes de terem o novo edifício, que os Executivos Municipais anteriores decidiram pagar. Nós aqui não somos rigorosamente nada diferentes dos outros. Fomos atrás de um edifício para que não estejamos, se calhar, nas condições que estamos hoje, aqui, quentinhos, e achamos que era mais que necessário um edifício razoavelmente mais digno, acolhedor e se possível, com um futuro que não implicasse tanta manutenção, porque todos também percebemos, este prédio também precisa de uma manutenção corrente, porque de outra forma, daqui a 10 anos, volta a estar como estaria, por exemplo, se calhar, a Casa da Praça. É exatamente a mesma coisa. Agora, a fórmula em que nos vai ser atribuído

17
↓

o espaço, à data, não me foi referida. Foi-me dito é que, temos um prazo de execução de obra no edifício existente, para onde transitará ou transitarão os serviços da Junta Freguesia por um período de tempo que, penso eu, deverá ser alargado. Vou só dar um exemplo simples. Nós vamos ter um número de porta específico, da mesma forma que já temos um contador de água e um contador elétrico. Ou seja, o que está a ver ali não vamos dizer que é desanexação, não é. O que está a ver ali, é uma referência que nos justifica legalmente a existência dentro desse mesmo prédio. Se vai ter um valor de renda, é óbvio que não, de outra forma, o prédio seria entregue ao Município. Então, se eu não pago a renda aqui, vou pagar a renda noutra lado. Sra. Deputada, vai-me desculpar, esse é um tipo de pergunta que, voltamos ao mesmo, politicamente, destruíamos o Município, por amor de deus. Então, fazem-nos um prédio para nos cobrar dinheiro. Um bocado de sorte, até nos pagam água e luz, quem nos dera. Isso sim, era o nosso interesse, agora, se não o fizerem que remédio, temos que ser nós a pagar. Os contadores que lá estão são do Município, a gente não requisitou nenhum. Por isso até ver, por aí estamos safos. Agora, a realidade é só uma, nada me obrigava a incluir estes 50 mil euros aqui que de alguma forma gera tanta polémica. Mas a minha consciência achou que deviam estar cá, porque não eram preciso estar cá. Eu não preciso um orçamento de meio milhão de euros, ou 400 mil, ou 300 mil. O que eu preciso é ter consciência que tenho uma rubrica que me vai permitir determinada situação, desde que o Executivo assim entenda. Não tenho problema nenhum em mostrar-vos aquilo que será o projeto do pseudo estaleiro que gostaríamos de ver concluído, e ver construído, mas, tal como referi inicialmente, também não tenho que pedir a vossa opinião, mas faço questão de vos mostrar, porque achamos que consegue ser algo daquilo que prevemos atualmente, atenção. As previsões dependem muito. Se o Município me dissesse, a gente faz-vos um estaleiro... isto não estava aqui nada escrito. Não íamos referir algo que não fazia sentido. Neste momento, e é isso que eu vos peço a todos, nós não temos nada que implique nem venda de património, exceto o que está previsto, Casa da Praça, nem aquisição de património nenhum. Achei por bem é que podia deixar rubricas específicas para o efeito. Simplesmente isso. Agora, também para responder, porque é que vamos para uma Junta nova? Porque merecemos. Merecemos qualidade, merecemos ter um espaço mais digno e acima de tudo, havia, porque havia, isto prende-se com compromissos e felizmente, não tenho que dizer mal à data. Há pelo menos um compromisso que Sr. Presidente de Câmara assumiu e eu referi isso desde 2021. É que nós tínhamos previsto em orçamento 1 milhão e 600 mil euros de requalificação da Casa da Praça. Podem vir a tirar foguetes. Tínhamos 1 milhão e 600 mil euros. Dois prédios requalificados. Uma Junta Freguesia digna num prédio próprio. Era o que estava em orçamento. E aqui sendo político, se o PS tem ganho, hoje estaríamos nesse prédio. Lamento, mas estávamos e não estamos. E o que houve foi um compromisso do atual Presidente de Câmara, porque percebeu, percebeu perfeitamente que algo que já estava projetado, consumado, orçamentado, teria que ficar de lado, porque depois o valor é necessário para outro tipo de financiamentos. Mas referiu-o tanta vez. Nós devíamos ter a maior Junta de Freguesia, mais caras, com muito orgulho. E vamos hoje para um espaço que será, seguramente, digno e acima de tudo, confortável. Os nossos colaboradores não têm 20 anos de idade. Já têm frio nos ossos. Eu sei que temos todos aqui a rir, mas estamos todos cheios de frio nos pés. E é o conforto, que hoje em dia se exige naquilo que é o edifício público. Conforto. Tem que haver conforto, tem que haver comodidade, tem que haver tecnologia. A preservação do património é fantástica, mas infelizmente, também tenho que o dizer, e aqui poderei falar abertamente quanto a quem nos governou durante estes últimos 20 anos, ou seja, desde o mandato do Sr. Presidente de Câmara, que também o é hoje. Nada foi feito no Paço e nada foi feito no Palácio. Nada! E agora pergunto, deixo-vos a pergunta, porque sou insistente, de que serve ter o património se não o conseguimos conservar? Obrigado. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Dou a palavra ao Sr. José António Ligeiro e no final, vou colocar à votação este ponto. Faz favor. -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** A primeira coisa que eu queria dizer é que... a Paula, permita-me que a trate assim, levantou uma questão pertinente. E, de facto, o Sr. Presidente da Junta respondeu de uma forma que a mim, por menos, e se calhar também, deixou na mesma como estávamos antes da pergunta ser feita. Isto é, parece que não me cabe na cabeça de ninguém que a Junta de Freguesia neste momento preciso, não sabe exatamente em que termos é que vai ocupar aquele espaço. Eu acho que isso

A3
\$7

é a primeira coisa que se tem que dizer. Sim senhor, nós vamos para aí, porque deve ter havido conversações nesse sentido. Sim senhor, nós aceitamos ir, mas em que condições? Depois, há uma questão que foi levantada, por isso é que eu digo a pertinência da questão, que é o seguinte. Tal como está a acontecer nesta Junta de Freguesia e noutras do género, acontece nas Câmaras Municipais. Ninguém põe hoje, penso eu em dúvida, a boa vontade do Sr. Presidente da Câmara em dar melhores condições à Junta, mas... e o próximo Presidente? Bem... o próximo quer dizer uma próxima candidatura? Pode até ser o mesmo, mas é as câmaras do tempo. Um Presidente da Junta não está eternamente e ninguém nos diz, que, amanhã, um outro qualquer Presidente... diga às vezes, mas a que propósito é que está... à tem aqui um protocolo escrito. E o Sr. Presidente da Junta falou e muito bem, e muito bem, que várias Juntas de Freguesia têm as suas Sedes próprias, mas, há, esqueceu de um pormenor, é que são edifícios próprios. A menos que, a Câmara Municipal faça um destaque do conjunto dos edifícios do Paço, aquele que é da Junta. Se for assim, sim, senhor, estou plenamente de acordo. Caso esse destaque não exista, corremos todos o risco, e quando digo todos, toda a população da Freguesia, de perder a sua Sede. Se esta for vendida, e se formos para um espaço, que de facto não é de facto, ele terá que ser escriturado em nome da Freguesia de Maiorca. Caso contrário, corremos sempre esse risco. O Sr. Presidente da Junta pode fazer um protocolo, com uma associação, uma coisa qualquer e outro Presidente da Junta vem a seguir, aliás, estivemos aqui um caso concreto com a questão daqueles grupos, que estavam na Feira Nova, né. Vem outro Presidente de Junta e entendeu que aquelas pessoas, que aquele grupo estava ali a mais, e os carros telecomandados, etc, e pronto e acabou. Portanto, há que ter esta questão levantada pela Paula, que foi muitíssimo pertinente e eu acho que o ruído disto que estamos aqui a falar, penso que todos, pelo melhor da nossa Freguesia, ninguém está a criticar, estamos apenas a deixar alertas ao Executivo e especialmente ao Sr. Presidente da Câmara, que é quem conduz, digamos, essas negociações, essas conversas que tem com o Executivo, no sentido de assegurar, da melhor forma possível, que aquele espaço seja de fato, da Freguesia de Maiorca, e não apenas um empréstimo, digamos assim, para melhorar as condições. Não sei se fui claro. A minha intenção é a melhor, pegando nas palavras..., apenas estou a reforçar aquilo que foi levantado, porque acho que essa questão deve ser claramente escrita, que não seja um empréstimo, não seja uma coisa provisória, não seja uma coisa à mercê de um outro qualquer Presidente da Câmara, que depois entenda de forma diferente, porque neste momento ninguém está a pôr em causa... o bem, a pessoa de bem que é o Presidente da Câmara, e a pessoa de bem que é a Câmara. Mas, como sabemos, cada indivíduo, cada pessoa tem a sua maneira de ver as coisas, uma outra pode ver de maneira diferente. Portanto, estes alertas são apenas no o sentido de que o Sr. Presidente da Câmara procurar assegurar da melhor forma possível que o assunto a Sede da Junta de Freguesia seja definitivo. Definitivo no aspeto que seja escriturado, se calhar, levei tempo a mais, mas é também no sentido do bem da Freguesia. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Vamos avançar, apenas de referir e reforçar o que o Sr. Presidente disse há bocadinho... -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Sr. Presidente, pretendo dar mais umas palavras... -----

- **Sr. Presidente da AF:** Mas pode falar a seguir a mim. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Ah, pronto. -----

- **Sr. Presidente da AF:** O que eu ia reforçar, já foi dito por ele, é que compete à Câmara Municipal e ao Ministério da Administração Interna, que não é agora o caso, acho que agora é outro Ministério que... Administração Territorial ou qualquer coisa, que é um ministério novo, de suportar as despesas com a construção das Sedes das Juntas de Freguesia. Portanto, digamos que a maioria do capital ou da verba a aplicar será a Câmara Municipal e haverá uma comparticipação também da parte do ministério. Pelo menos era assim que funcionava e penso que ainda continua a funcionar dessa maneira. Sr. Presidente, para terminar, então este ponto, faz favor. -----

- **Sr. Presidente da Junta:** Peço desculpa ao voltar a ser insistente, mas como é óbvio, eu agradeço a preocupação ao Sr. Deputado Ligeiro, da mesma forma como todos os outros. Há pelo menos uma coisa que eu tenho a noção, e agora parece que vou estar a brincar, mas não estou. Eu tenho a plena noção, da mesma forma que qualquer um de vocês há de ter, que se de alguma forma houver um protocolo a 30 anos, 50 anos, 100 anos, que nos permita, definir no tempo, a permanência num determinado edifício

M
427

municipal, já percebi que de alguma forma estão a condenar esse mesmo protocolo. E aqui, em ponto 1. Felizmente, temos nesta mesma Assembleia hoje um Deputado Municipal, Deputado José Ligeiro da Assembleia de Freguesia, que também é Deputado Municipal. Se possível, amanhã temos a Assembleia e gostaria imenso que fizesse essa mesma pergunta a todos os que estão presentes, inclusive ao Sr. Presidente de Câmara. A pergunta é válida para mim, para este Executivo, para os Srs. Deputados, e é válida para todos neste mesmo Concelho. Por isso tendo em conta que foi, queiramos ou não, o seu Partido que elegeu o Sr. Presidente de Câmara, agradeço-lhe que lhe pergunto amanhã o mesmo que me perguntou aqui. Durante quanto tempo é que será o protocolo e qual é o formato a ser adaptado para a atribuição do espaço à nova Junta de Freguesia. Agora, o segundo parâmetro, que acaba por ser ainda mais simples, e todos vós sem querer, deram-me uma razão tremenda, que é, se o Município de alguma forma nos ceder um espaço, e pode vir outro Presidente de Câmara, outro Presidente de Junta, eu não vou estar cá para sempre, nem disse a ninguém que era candidato. Se não tivermos edifício nenhum, pergunto eu, que Município ou que Presidente de Câmara é que tinha coragem, de nos tirar dali? Responda a esta pergunta, se conseguir. Pergunto eu, algum Presidente de Câmara independentemente da cor política teria coragem de excluir uma Sede, numa Junta de Freguesia, se não houvesse alternativa? Não acredito. -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** Sr. Presidente, de boas intenções, está o inferno cheio. E não tenho qualquer problema de fazer essa pergunta na Assembleia Municipal de amanhã. Assim como estaria sempre ao dispor e estarei sempre ao dispor do Sr. Presidente da Junta, para ajudar no que for possível, a bem da nossa Freguesia. Sempre estive e continuo a estar. Infelizmente, o Sr. nunca precisou, e ainda bem, porque se precisasse, eu estaria como estarei sempre ao dispor. O que lhe quero dizer, já agora, em resposta, é o seguinte. O Sr. ainda há pouco falou na venda deste prédio. Eu pergunto-lhe, então, o Sr., por essa ordem de ideias, amanhã está naquela sede que é da Câmara, o Sr. poderá fazer o mesmo. Se a Junta precisar, nem que seja em termos de orçamento, nem que seja em termos de orçamento, só para equilibrar as contas, todos sabemos como é que é que funcionam as coisas, o Sr. poderá nessa tal Sede da Junta, fazer a mesma coisa que está a fazer com este prédio? Com essa tal boa intenção de que ninguém o vai colocar? Não. Sr. Presidente, ninguém está aqui a criticá-lo, estamos apenas a tentar ajudar. Nada mais do que isso, até assim como eu aqui, nesta Assembleia, estou a dizer que amanhã não tenho problemas nenhuns em colocar a questão, que eu muito sinceramente, lhe digo, e digo aqui na presença de todos, é um assunto que caberia único e exclusivamente ao Sr. Presidente da Junta, não a partir de hoje, já antes de hoje. Mas, se precisa, não é se precisa, se quer que eu faça, que seja eu, eu não tenho qualquer problema em o fazer. Portanto, são coisas diferentes. Uma coisa é esse espaço por onde a Sede será transportada, digamos assim, ser da... estar escriturada, é da Junta de Freguesia, o espaço, pronto. Outra coisa é, estamos lá, eu também digo assim, se calhar não. Se calhar nenhum Presidente da Câmara vai dizer, vamos lá embora. Eu lembro-me, por exemplo, estou-me a lembrar, agora de repente, já agora, estamos aqui a insistir numa coisa, mas é para bem da terra. Estou-me a lembrar do Paço de Tavadede. Eu lembro-me que, na altura, o Simões Baltazar, que era Presidente da Junta no meu tempo, já, quando se falava na recuperação daquilo, e já estava orçamentado, ele queria que a Sede da Junta passasse para lá, tá a ver. Mas, na altura, o Presidente da Câmara entendeu que não. Hoje, funcionam lá os serviços da Câmara, e muito bem, está com vida, etc. Portanto, eu continuo a pensar, já agora, que o importante na nossa terra era que serviços da Câmara ou outros, qualquer, viessem para a nossa terra. Mas, para isso, nós temos que ter, de facto, edifícios para poder albergar essas situações. Não sei se está de acordo, mas aí é que eu acho que era importante para a nossa terra, viessem, viessem serviços para cá, assim como estão em Tavadede. Agora, nós, tudo quanto seja no sentido de nos precavermos de possíveis atos menos bons para a Freguesia, acho que é tudo bom. Por isso, eu, mais uma vez, por uma questão, poderia passar despercebida, refutou e, portanto, pode contar comigo para isso ou para aquilo que precisar. Dentro do nada, do ninguém que eu sou, mas toda a gente sabe que tenho uma relação pessoal boa, portanto, isso às vezes ajuda também. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Pronto. Posto isto, vamos passar então à votação do ponto 7 desta Assembleia, que é, a apreciação e votação e aprovação dos documentos provisionais para o ano 2025, que é o

A
27

Orçamento, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Plano Plurianual de Investimentos conforme a lei. -----

Portanto, quem vota contra? -----

Três votos contra. (Bancada FAP) -----

Quem se abstém? -----

Uma abstenção. (Bancada PSD) -----

Quem vota a favor? -----

Portanto, são os restantes cinco. (Bancada PS) -----

(Ponto 7 aprovado por maioria) -----

- **Sr. Deputado PS, José Santos:** Quero fazer uma declaração de voto. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Cinco votos a favor. Três contra. Uma abstenção. Faz favor-----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** Queria fazer uma declaração de voto. -----

- **Sr. Deputado PS, José Santos:** Relativamente ao ponto 7, quero fazer uma declaração de voto, que é: que votei no Orçamento por em consciência, crer que se adequa às necessidades e perspetivas de desenvolvimento da Freguesia. Embora sabendo que não é uma decisão absoluta e vinculativa, também em consciência e dadas as circunstâncias atuais, não concordo com a inserção do ponto 09.03.10.01 na rubrica 8 do Plano Orçamental Plurianual, que é a venda da Sede da Junta de Freguesia. Tenho dito ----

- **Sr. Presidente da AF:** Sr. José António, o Ligeiro também quer... -----

- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Eu também subscrevo a declaração de voto. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Então a declaração de voto é subscrita pela Paula Costa e também pode ser por mim e pela Dina também. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tem a palavra o Sr. Ligeiro. -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** A minha declaração de voto, apesar de ser de uma força, digamos, política diferente, é exat... só que, ele votou a favor, eu votei contra, precisamente por haver uma parte do Orçamento que prevê a venda desta casa. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Os três votos contra. A declaração de voto é subscrita pelos três votos contra, pelo motivo de que se encontrarem... -----

- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** O que está a referido no orçamento a venda do edifício da Junta. É só isso que nos leva a votar contra... -----

- **Sr. Presidente da AF:** Assim sendo, podemos passar ao ponto oito, que é: -----

8. Informação do Presidente da Junta sobre a atividade do Executivo do 4º trimestre 2024. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Penso que a informação por escrito já foi distribuída a todos vós, devem ter em vosso poder. Não sei se algum de vós tem alguma questão a colocar. Eu, a questão que tinha a colocar, já há bocado falei com o seu Presidente, ele já respondeu, que era no ponto cinco, acerca do Crussis, ele já respondeu na parte do orçamento. Portanto, eu não tenho nenhuma questão a colocar. Alguém mais tem alguma questão a colocar ao Sr. Presidente? O Sr Presidente quer acrescentar alguma informação, há informação que está aqui? Assim sendo, portanto, também está aprovado este ponto. -----

Ponto 8 aprovado por unanimidade. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Temos aqui o último ponto, que é: -----

9. Período destinado à intervenção do público. -----

Das pessoas presentes do público, alguém quer usar da palavra? Alguém pretende dar algum esclarecimento? Está ali aquela senhora. Desculpe, lá, diz-me o seu nome? -----

- **Cidadã Dª Brigitte:** Sou agradecida, boa noite. A questão que eu vou levantar aqui, é porque é que estas reuniões têm de ser a essa hora tão tarde às 21 e 30? Eu peço por favor esclarecimento, e faço pedido, se isso podia ser, ligeiramente mais cedo durante o dia. Agradecia. -----

- **Sr. Presidente da AF:** Tem a palavra o Zé Carvão. -----

- **Cidadão José Carvão:** Boa noite a todos. Há bocado o Sr. Ligeiro estava a falar de virem serviços para a Câmara, para Maiorca tal como foram para o Paço de Tavadede. O senhor presidente da Câmara já assumiu que vinham, serviços do Arquivo Municipal para aqueles anexos que fizeram no Paço de Maiorca. Já está assumido pelo Sr. Presidente de Câmara. E aproveito para desejar umas boas festas a todos e bom ano. -----

H
↓

- **Sr. Presidente da AF:** Muito bem. Obrigado, igualmente. -----
- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** (Na qualidade de cidadã) Bom, então, eu gostaria de fazer a minha intervenção na qualidade de Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Maiorca. E é um agradecimento público pela Entidade Cruz Vermelha, relativamente ao donativo, digamos assim, ao valor de mil euros que nos foi atribuído pela Junta de Freguesia de Maiorca, para a aquisição da viatura que estará também disponível, como todas as outras, mas aquela mais preparada para intervenção na área da Proteção Civil. E um agradecimento para além dos mil euros, do piso, que nos foi também cedido, da recolha do entulho e, portanto, de toda a ajuda que a Junta de Freguesia nos deu para qualificar mais condignamente a entrada principal da Cruz Vermelha e, portanto, colocar todo o dispositivo que nós temos ao dispor sempre, independentemente de... mas portanto, consideramos nós que aquela viatura estará naquilo que são também as pretensões do Executivo da Junta no engrandecer da resposta que pode ser dada por Maiorca, em termos de Proteção Civil. Portanto, muito obrigada em nome da Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Maiorca. -----
- **Sr. Presidente da AF:** Sr. Presidente, a Junta pretende dizer alguma coisa? Sobre as perguntas, sobre as intervenções? -----
- **Sr. Presidente da Junta:** Perguntas, já não houve. Só em fase final, obviamente o Executivo deseja a todos vós um bom Natal e um excelente Ano Novo, como é óbvio. A questão sobre o horário, dependerá, obviamente, daquilo que é o horário de trabalho da grande maioria dos cidadãos. Se trabalharmos até às sete horas, dezanove horas, não conseguimos nunca reunir em tempo útil. Poderíamos fazer, eventualmente, um sábado à tarde, já chegou a ser feito, mas, obviamente, isso também dependerá da agenda, da disponibilidade do Sr. Presidente da Assembleia e da compreensão que tem com os restantes colegas. Efetivamente, no futuro, acho que sim, poderemos fazer uma, pelo menos uma, durante a tarde, parece-me bem, já foi feito doutras, doutras vezes. -----
- **Cidadã D^a Brigitte:** Não é preciso exagerar. A ideia é que em vez de nove e meia, não é? como disse, ou às oito e meia, ou mais tarde, às nove. Não é preciso mudar, para o fim de semana. É uma sugestão.
- **Sr. Presidente da AF:** Sr. Ligeiro pretende dizer alguma coisa? -----
- **Sr. Deputado FAP, José Ligeiro:** Aquilo que eu, por acaso, quando vi a convocatória me admirei, porque isso vem dos tempos, já há tantos anos, manter o ponto do público em último lugar, aí é que eu acho que poderia ser alterado, as intervenções do público, serem exatamente logo no início. Porquê? Porque as pessoas têm que estar aqui a assistir a coisas que, eventualmente, não se... a Assembleia assim, acho que o Regimento o permite. Se a Assembleia aprovasse, o ponto de intervenção de público ser o primeiro e não o último. -----
- **Sra. Deputada PS, Paula Costa:** Mas isso carece de alteração ao Regimento... -----
- **Sr. Presidente da AF:** Eu estou a compreender. A questão é que se nós passarmos o ponto de intervenção do público para o início, corre o risco de depois se prolongar. E até porque depois a intervenção do Presidente da Junta, ou os pontos que vamos discutir, terem a ver com o interesse das pessoas do público estarem aqui presentes e querem intervir. E se intervirem de início, depois, no fim, depois de discutidos os assuntos, eles já não podem voltar a intervir. Isto é daquelas coisas, é preso por ter cão e preso por não ter. Eu também compreendo o caso da Assembleia Municipal, que a intervenção de público é logo no início, mas aí é diferente. As pessoas inscrevem-se e já se sabe o que é que as pessoas vão dizer e sobre o assunto que vão falar. E só têm aquele x tempo para falar, que é completamente diferente daqui da nossa Assembleia de Freguesia, em que as pessoas ou vêm cá porque está algum ponto em que eles têm interesse em participar, ou não vêm. Isto é o meu entendimento. Faz favor, diga, diga. -----
- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** É só uma última situação. O Professor José Carvão, perguntou-nos a nós... desculpe lá... sobre uma promessa do Sr. Presidente... -----
- **Cidadão José Carvão:** Sim, é pública. -----
- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Eu gostava de lhe lançar o seguinte repto. Amanhã há uma Assembleia de Freguesia, Municipal e vai ter a oportunidade também de lhe perguntar isso a ele próprio.
- **Cidadão José Carvão:** Ele próprio já... O Sr. César está a duvidar das palavras do Sr. Presidente de Câmara. -----



- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Não, eu não estou a duvidar das palavras... -----
- **Cidadão José Carvão:** Mas parece que está. -----
- **Sr. Deputado FAP, César Galocha:** Eu não estou a duvidar das palavras, eu gostava que... -----
- **Cidadão José Carvão:** O Sr. Presidente já disse isso várias vezes publicamente e até já estão a ser feitas obras, de adaptação dos antigos quartos, para poder servir de Arquivo Municipal. E eu acho que podemos acreditar nas palavras do Sr. Presidente de Câmara. Isso está escrito e é público. Agora, se o Sr. Presid..., se o Sr. César eleito pela FAP já não honra a camisa do seu Presidente, é outra coisa. -----
- **Sr. Presidente da AF:** Vou dar por encerrada esta Assembleia. Agradecer a presença de todos. E se não nos vermos por aí, desejar-vos a todos um bom Natal e um bom ano de 2025. E a todos, obrigado, uma vez mais. -----

(*) - Os votos de pesar, aprovados pelo Executivo, foram lidos em voz alta pela Sra. Secretária da Junta de Freguesia, Rosa Mendes. Os documentos estão disponíveis nos Serviços Administrativos da Junta de Freguesia de Maiorca. -----

(**) - Os votos de pesar aprovados pela Assembleia de Freguesia, estão disponíveis nos Serviços Administrativos da Junta de Freguesia de Maiorca. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----

Maiorca, 19 de dezembro de 2024

O Presidente:

O 1º Secretário:



Freguesia de Maiorca

CONTRIBUINTE Nº 507 659 724

- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Maiorca;
- Exmos. Srs. Deputados da Assembleia de Freguesia de Maiorca:

Assunto: Informação à Assembleia de Freguesia de Maiorca do Sr. Presidente da JF de Maiorca sobre atividades desenvolvidas no quarto trimestre de 2024.

1. Apoios concedidos:

- Apoio Financeiro à CVP – Delegação de Maiorca, no valor de **1.000,00 €**, para apoio à aquisição do veículo Ford Transit L3H2 170CV VAN - WF0EXXTTREPP35823 - BM-89-ZP.
- Apoio Financeiro ao evento “Folk na Boiça”, com um valor de **338,25 €** em brindes alusivos ao evento. A JFM proporcionou também a limpeza integral do recinto do CRAS, bem como as podas das árvores existentes no recinto da instituição.
- Apoio Financeiro à Comissão de Festas da Nossa Sra. Da Conceição – Alegria, no valor de **250,00 €**.
- Cedência dos Veículos Ligeiros da JFM a diversas associações e instituições que os solicitaram, de acordo com o Regulamento em vigor.

- Oferta à CVP – Delegação de Maiorca, de materiais diversos para arranjos de alvenaria no Pátio da instituição referida, com um custo de **0,00 €**, visto que o material em causa nos foi ofertado pelo Município.

2. Reuniões oficiais:

- 07 de novembro, reunião na CMFF, com o executivo Municipal, visando a elaboração do Orçamento Municipal 2025, no que a investimento na nossa Freguesia diz respeito. Solicitou este executivo que todos os asfaltamentos previstos em 2023 e 2024 sejam executados o quanto antes, não introduzindo mais nenhuma via rodoviária para o ano 2025. Ficou acordado um investimento do Município no Parque do Lago, com uma verba destinada em Orçamento Municipal 2025 de **50.000,00 €**.

3. Participações em comemorações e eventos oficiais:

- 01 de dezembro, no 16º Aniversário da Casa do Lavrador dos Casais, com a presença do Presidente da JFM.

- 16, 17 e 22 de novembro, nas Festas do Senhor da Paciência, em Maiorca, com a presença da Secretária da JFM.

- 03 de novembro, a Freguesia de Maiorca recebeu a visita dos alunos do Agrupamentos Escolas D. João V, que tiveram contacto com o nosso Arroz Carolino e com um pouco da nossa História. Um agradecimento à Confraria do Arroz Doce de Maiorca que proporcionou gratuitamente um lanche a todos os alunos, tendo a Junta de Freguesia ofertado brindes a todos os presentes, na sede da JFM, com a presença do Presidente da JFM.

- 31 de outubro, na Cerimónia Comemorativa do Dia do Porto da Figueira da Foz, com a presença do Presidente da JFM.

- 27 de outubro, na Comemoração dos 38 Anos da CVP – Delegação de Maiorca, com a presença do Presidente da JFM.

- 26 de outubro, na Comemoração dos 46 Anos do CRAS, com a presença do Presidente da JFM.
- 20 de outubro, no Encontro de Banda UFM, com a presença da Secretária da JFM.
- 13 de outubro, na Festa do Arroz Doce, na Casa do Lavrador, com a presença da Secretária da JFM.
- 4 a 6 de outubro, no Folk na Boiça, no CRAS em St Amaro da Boiça, com a presença da Secretária da JFM.
- 28 de setembro, no IV Capitulo da Confraria do Arroz Doce de Maiorca, com a presença do Presidente da JFM.
- 26 de setembro, no Programa da Manhã, na RTP1, onde esteve a Confraria do Arroz Doce de Maiorca a confeccionar ao vivo o nosso maravilhoso Arroz Doce e contou com a presença do Tesoureiro da JFM.

4. Eventos e ações promovidas/coorganizadas pela JFM:

- Apoio à **“Tertulia Figueira Champions”**, realizada na Freguesia de Maiorca, na sede da UFM, visando a promoção e divulgação desta prova desportiva, no dia 15 de novembro.
- Apoio ao **Training Camp**, da responsabilidade da Organização da Figueira Champions Classic, no dia 16 de novembro, com a presença da equipa profissional de Ciclismo **“L.A. Aluminios/Credibom/Marcos Car”**, com o valor de **335,65 €**, em géneros alimentares.

5. Obras e investimentos desenvolvidos:

- Início dos trabalhos, a 07 de novembro, de demolição e limpeza de resíduos do imóvel sito na Rua do Senhor da Paciência, adquirido por esta JF para a execução do projeto “CRUCIS”.
- Colocação da iluminação Natalícia, em diversas localidades, lugares e pontos de referência da nossa Freguesia, com utilização de materiais ecológicos, reciclados e de consumo de energia solar.

6. Serviços excepcionais:

- Continua o pessoal administrativo da JF de Maiorca a prestar o serviço constante de pedidos de receituário (a saber, até à data, só em 2024, procedemos via email ao pedido de mais de 250 receituários).
- Presta igualmente os serviços da JF de Maiorca, o registo documental do “Vale Eficiência 2024”, onde apenas 5 freguesias se disponibilizaram a fazer este serviço gratuito, onde se inclui a nossa.
- Decorreu na sede da JF, ações do BUPI nos dia 28 de outubro e dia 28 de novembro.
- 20 de novembro, recebeu a Cantina Escolar novo mobiliário, suportado pelo Município, ao abrigo da Delegação de Competências na Área da Educação.
- Continua esta JF a proporcionar impressões e fotocópias gratuitas (incluindo o papel) a todas as Associações, Instituições e Escolas, desde que solicitadas.

7. Limpezas e ações de exterior:

- Foram alvo de intervenções de limpeza e manutenção, as localidades de Santo Amaro da Boiça, Maiorca, Anta, Cruzes, Serras, bem como outros espaços públicos designados no acordo de delegações de competências.

- Limpeza do Ribeiro, junto à Rua do Palácio, com meios próprios e inadequados para uma superior intervenção (*a salientar que a limpeza dos cursos de água não é da responsabilidade das Juntas de Freguesia*).

- Limpeza dos passeios junto ao edifício da “Casa do Povo de Maiorca”.

- Limpeza dos recintos escolares (EB1 e JI) com intervenções e reparações nas áreas interiores e exteriores.

- A Brigada Municipal veio à Freguesia de Maiorca para reparação de buracos e de algumas áreas de maior desgaste no Centro Histórico de Maiorca, tendo efetuado uma intervenção de colocação de alcatrão a frio na Rua do Machado, em St. Amaro da Boiça.

- Execução de Podas por toda a Freguesia, efetuadas por empresa especializada para o efeito, com uma despesa de **5.243,00 €**.

8. Considerações do Executivo:

- Salaria o executivo atual da JF de Maiorca, o trabalho excecional de todos os funcionários desta JF, que demonstram na sua grande maioria, um empenho, esforço, sacrifício pessoal e familiar, em prol do correto funcionamento dos nossos serviços.

- Em considerações financeiras, informamos que possui esta freguesia um valor de dividas com prazo de vencimento inferior a 25 dias de **9.088,89 €**, onde obviamente se excluem as despesas correntes e empréstimos bancários.

À data de hoje, dia 12 de dezembro de 2024, excluindo-se a liquidação dos salários do corrente mês, possui esta JF o valor em caixa de **16.554,35 €**.

- Aguarda aprovação em reunião de Câmara o apoio à pavimentação da Rua Rigueira da Vale, no valor de **17.439,12 €**.

- Aguarda aprovação em reunião de Câmara o apoio à iluminação de Natal, com valor previsto de **6.000,00 €**, mediante declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, em que aumentaria o apoio deste ano em função do aumento efetuado pelo Município. Tendo em conta que este Município consumiu em 2024 o dobro do valor de 2023, e tendo sido atribuído a esta JF em 2023 o valor de 3.000,00 €, espera-se o valor acima referido.

- Agradecimento do executivo da JFM ao Grupo 271 – Escoteiros de Maiorca, pelo envolvimento no apoio aos incêndios, sendo que também esta JF contribuiu com géneros alimentares e cedência de veículos.

- Aprovou em unanimidade o executivo, Votos de Pesar aos Maiorquenses recentemente falecidos, José Maria Verdete e José Manuel Rodrigues de Oliveira.

Maiorca, 12 de dezembro de 2024

O Presidente da Junta Freguesia de Maiorca



Rui Pedro Pinto Ferreira